



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SOCIOECONÔMICO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CONTROLE DE GESTÃO

Suzi de Cougo Souto

**PROGRAMA DE FORMAÇÃO CONTINUADA DOS PROFISSIONAIS DO
ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO
SURDOCEGUEIRA DA FCEE - SC**

Florianópolis

2024

Suzi de Cougo Souto

**PROGRAMA DE FORMAÇÃO CONTINUADA DOS PROFISSIONAIS DO
ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO
SURDOCEGUEIRA DA FCEE - SC**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-graduação em Planejamento e Controle de Gestão da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Planejamento e Controle de Gestão.

Orientador: Dr. Fernando Richartz

Florianópolis

2024

Souto, Suzi de Cougo

PROGRAMA DE FORMAÇÃO CONTINUADA DOS PROFISSIONAIS DO
ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO SURDOCEGUEIRA DA
FCEE - SC / Suzi de Cougo Souto ; orientador, Fernando
Richartz, 2024.

60 p.

Dissertação (mestrado profissional) - Universidade Federal
de Santa Catarina, Centro Socioeconômico, Programa de Pós-
Graduação em Controle de Gestão, Florianópolis, 2024.

Inclui referências.

1. Controle de Gestão. 2. Formação continuada . 3.
Surdocegueira. 4. Atendimento Educacional Especializado.
5. Currículo. I. Richartz, Fernando. II. Universidade
Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em
Controle de Gestão. III. Título.

Suzi de Cougo Souto

**PROGRAMA DE FORMAÇÃO CONTINUADA DOS PROFISSIONAIS DO
ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO
SURDOCEGUEIRA DA FCEE – SC.**

O presente trabalho em nível de Mestrado Profissional da Pós-Graduação em Controle de Gestão foi avaliado e aprovado, em 11/04/2024, e aprovado pela ATA nº 007/PPGCG/2024 com os seguintes membros da banca:

Prof^ª. Dr^ª. Luiza Santangelo Reis
Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC

Prof. MSc. Kleber Martiniano Costa
Fundação Catarinense de Educação Especial - FCEE

Certificamos que esta é a versão original e final do trabalho: Programa de Formação Continuada dos Profissionais do Atendimento Educacional Especializado Surdocegueira da FCEE – SC.

Prof. Dr. Valmir Emil Hoffmann - Coordenação do Programa de Pós-Graduação

Prof. Dr. Fernando Richartz - Orientador

Florianópolis - SC, 2024

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Fundação Catarinense de Educação Especial por ter me proporcionado o acesso a mais esta formação, em que pude fazer esta pesquisa tão relevante aos profissionais da área da Surdocegueira.

Agradeço imensamente a minha Coordenadora Fernanda Karen Bruggemann Faucz Andrade por todo apoio, trocas e estímulos durante o processo de estudo.

E para finalizar, agradeço ao meu orientador, Fernando Richartz, por toda direção, paciência, dedicação e leveza durante a execução do trabalho. Seus conhecimentos me passaram segurança em cada etapa da escrita me incentivando a acreditar em minha capacidade de atingir o objetivo de criar um currículo.

RESUMO

Este estudo apresenta como tema um Programa de Formação Continuada dos Profissionais do Atendimento Educacional Especializado Surdocegueira da FCEE-SC, tendo como objetivo elaborar um currículo básico, com temas, para a formação continuada dos professores do AEE Surdocegueira. Foi realizada uma pesquisa qualitativa investigativa em que se iniciou fazendo a seleção de oito trabalhos publicados, seguido da averiguação sobre a formação dos professores da sala de Atendimento Educacional Especializado segundo o que orientam as Diretrizes da Surdocegueira da SED e o MEC em relação ao trabalho deste profissional. Após, se fez um levantamento, com análise do currículo do curso de Pedagogia de três Instituições Públicas da Grande Florianópolis. Com estas análises foi possível perceber que existe uma fragilidade no atendimento quando profissionais sem formação adequada atuam nesta função. Diante deste resultando fez-se a elaboração de um currículo mínimo, com sugestões de cursos e carga horária, sendo apresentado e discutido às profissionais do setor responsável pela Surdocegueira na FCEE. O próximo passo foi analisar a discussão e as propostas de mudança no currículo indicadas pelas profissionais que participaram da pesquisa. Sendo assim, resultamos no produto final, um currículo com temas direcionados para o profissional do AEE Surdocegueira, Vale mencionara possibilidade de continuidade com esta pesquisa, que permite a flexibilidade de modificar seus módulos de acordo com as necessidades que forem surgindo.

PALAVRAS-CHAVE

Formação continuada, Atendimento Educacional Especializado, Surdocegueira, Diretrizes, Currículo.

ABSTRACT

This study presents a theme of Continuing Education Program for Specialized Educational Services Professionals Deafblindness at FCEE-SC, aiming to develop a basic curriculum with topics for the continuing education of teachers in the Deafblindness AEE. An investigative qualitative research was conducted, starting with the selection of eight published works, followed by an investigation into the training of teachers in the Specialized Educational Services classroom as guided by the Deafblindness Guidelines of SED and the MEC regarding this professional's work. Next, a survey was conducted, analyzing the curriculum of the Pedagogy course in three Public Institutions in Greater Florianópolis. These analyses revealed a weakness in service when professionals without adequate training work in this role. In light of this result, a minimal curriculum was developed, with course suggestions and hours, presented and discussed with the professionals responsible for Deafblindness at FCEE. The next step involved analyzing the discussion and proposed curriculum changes indicated by the professionals who participated in the research. Consequently, the final product was a curriculum with topics tailored for Deafblindness AEE professionals. It's worth mentioning the possibility of continuing this research, allowing flexibility to modify its modules according to emerging needs.

KEY WORDS

Continuing training, Specialized Educational Service, Deafblindness, Guidelines, Curriculum.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	8
1.1.	OBJETIVOS	10
1.1.1	Objetivo geral	10
1.1.2	Objetivos específicos	10
1.2	JUSTIFICATIVA	10
2	REFERENCIAL TEÓRICO	12
2.1	FORMAÇÃO CONTINUADA DO PROFESSOR DA REDE REGULAR DE ENSINO	14
2.2	FORMAÇÃO CONTINUADA DO PROFESSOR DA EDUCAÇÃO ESPECIAL DA REDE REGULAR DE ENSINO	15
2.3	ESTUDOS SIMILARES	17
3	METODOLOGIA	25
4	RESULTADOS	27
4.1	DIRETRIZES DA SURDOCEGUEIRA DA SED E DO MEC	27
4.2	CURRÍCULOS DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO DE PEDAGOGIA NAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS NA GRANDE FLORIANÓPOLIS – SANTA CATARINA	30
4.2.1	Currículo da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC	30
4.2.2	Currículo da Universidade Federal do Estado de Santa Catarina – UDESC	31
4.2.3	Currículo do Instituto Federal do Estado de Santa Catarina – IFSC	32
4.3	PROPOSTA DE FORMAÇÃO PARA O PROFISSIONAL QUE ATUA NO AEE SURDOCEGUEIRA NA FCEE	34
4.3.1	Competências estabelecidas pela SED	34
4.3.2	Trajatória de formação da autora na área da educação especial	37
4.3.3	Proposta de um currículo básico de formação para o profissional do AEE Surdocegueira	39
4.3.4	Validação da proposta com as profissionais de ensino da FCEE	43
5	COCLUSÕES	48
	REFERÊNCIAS	50
	APÊNDICES	53

APÊNDICE 1 - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)	54
APÊNDICE 2 - ROTEIRO DA ENTREVISTA	57

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1	Pesquisas relacionadas à formação dos professores na área da Educação Especial	17
QUADRO 2	Grade Curricular UFSC	30
QUADRO 3	Grade Curricular UDESC	31
QUADRO 4	Sugestão de formação complementar mínima para professores do AEE Surdocegueira	40
QUADRO 5	Nova configuração dos módulos da formação complementar mínima para professores do AEE Surdocegueira	45

1 INTRODUÇÃO

O Atendimento Educacional Especializado Surdocegueira (AEE) segundo as Diretrizes da Secretaria de Estado da Educação (SED) tem como propósito estabelecer um sistema de comunicação ao estudante surdocego. Este sistema será o acesso, para o estudante com deficiência, desenvolver suas habilidades e competências, assim compreendendo as informações que chegam até ele, revertendo em aquisição do conhecimento no seu processo educacional (SANTA CATARINA, 2021).

O presente trabalho se constitui do estudo da formação continuada dos profissionais para a boa prestação de serviços ao educando no AEE Surdocegueira da FCEE. O profissional que trabalha neste AEE necessita ter na sua bagagem profissional alguns requisitos específicos, além da formação básica da graduação, para que possa desenvolver as competências cognitivas de ensino e aprendizagem no AEE Surdocegueira com o educando surdocego.

Para que o professor atuante neste serviço desenvolva um bom trabalho com este educando, cabe ressaltar que é fundamental a confiança e o seu bem-estar para o desenvolvimento do processo ensino aprendizagem. As validações desta afirmação encontram-se na publicação “Saberes e práticas da Inclusão” do BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (2006), no capítulo que fala das necessidades iniciais da criança surdocega, quando nos apresenta que a ligação afetiva entre ambos, educando e professor, é um pilar para que as questões pedagógicas sejam alcançadas. Detalhe tão significativo para este educando que não está incluído dentro das formações acadêmicas iniciais e ou continuada do profissional, porém estará presente nesta pesquisa.

Esta pesquisa tem a intenção de contribuir com o atendimento do AEE Surdocegueira do Centro de Capacitação de Profissionais de Educação e de Atendimento as Pessoas com Surdez (CAS) da FCEE, para que se tenha um olhar pedagógico e responsável pelos educandos que muitas vezes não conseguem expressar suas necessidades diante de um professor sem a formação adequada, para “ver e ouvir” as inúmeras possibilidades de aprendizado a serem desenvolvidas.

O CAS é o setor responsável pelo atendimento aos educandos surdos e surdocegos. Ele tem como objetivo promover estudos, pesquisas, assessorias e capacitações na área da Surdez e Surdocegueira, com o intuito de propiciar um melhor atendimento às necessidades dessa clientela, buscando uma intervenção eficaz no processo educativo com foco no ensino

da Língua Brasileira de Sinais (Libras), em suas diversas modalidades¹, o português na modalidade escrita, incluindo o Braille (como o código tátil de representação da escrita) e a Orientação e Mobilidade no caso do educando surdocego. O atendimento oferecido neste setor ao sujeito surdo ou surdocego procura evidenciar estratégias pedagógicas que enfatizem a abordagem bilíngue, voltadas às especificidades do educando, a fim de verificar como o atendimento pode contribuir para o processo de aprendizagem, cooperar com a inclusão educacional e, conseqüentemente, para a permanência do indivíduo no contexto da rede regular de ensino. Sendo assim outros serviços ofertados além do AEE Surdocegueira são: o AEE Libras e o AEE Português que consistem no ensino e aprendizagem da Libras como primeira língua (L1) e da Língua Portuguesa como segunda língua (L2), na modalidade escrita, numa abordagem pedagógica que respeite a experiência visual; o serviço de Libras Infantil que se constitui no ensino e aprendizagem da língua de sinais (Libras) o mais precocemente possível, de forma natural e num ambiente pedagógico motivador, respeitando a experiência visual e linguística da criança surda de até cinco anos e onze meses de idade; o Serviço de Reabilitação Auditiva que se fundamenta no aprendizado da língua oral numa perspectiva bilíngue capaz de possibilitar à pessoa com surdez, usuária de implante coclear, sua efetiva participação no contexto social. E ainda, o CAS conta com uma Central de Intérprete que presta acessibilidade a comunidade surda, realizando trabalhos gratuitos de interpretação em serviços públicos, como consultas médicas, atendimentos jurídicos e policiais, dentre outros. Este setor iniciou seus trabalhos na década de 70 e desde então vem aprimorando seus atendimentos de acordo com as necessidades educacionais e sociais da comunidade surda (SANTA CATARINA 2021).

Diante do exposto, voltamos nossa atenção novamente ao indivíduo surdocego, público que seja diretamente atingido com os resultados desta pesquisa. Este indivíduo pode apresentar diagnósticos variados, com diferentes comprometimentos, sendo que os mais “visíveis” são as limitações no sentido da visão e audição. Diante desta afirmação é necessário realizar o seguinte questionamento: qual a formação continuada deve ser prevista aos profissionais que atuam nos serviços do AEE surdocegueira?

¹ Quando se fala das diversas modalidades de ensino da Língua Brasileira de Sinais sabe-se que está é uma língua gestual visual, contudo no caso de educandos surdocegos vale mencionar que a modalidade pode ser tátil espacial, através da Libras Tátil, ou ainda a Libras, gestual visual em campo reduzido.

1.1 OBJETIVOS

Os objetivos da presente pesquisa estão organizados em objetivo geral e específicos, apresentados a seguir.

1.1.1 Objetivo geral

O objetivo geral da presente pesquisa consiste em elaborar uma proposta para a formação continuada dos professores do AEE Surdocegueira na concepção das Pedagogas e Coordenação do Centro da área da surdez da Fundação Catarinense de Educação Especial (FCEE).

1.1.2 Objetivos específicos

Para cumprir com o objetivo geral, propõem-se os seguintes objetivos específicos:

- Identificar orientações sobre a formação dos professores nas propostas de atendimento segundo as Diretrizes da Surdocegueira da SED e do MEC;
- Realizar levantamento da grade curricular do curso de Pedagogia das instituições públicas de ensino superior públicas da Grande Florianópolis;
- Propor uma trilha de formação para os profissionais, com base nos elementos anteriormente identificados;
- Avaliar, junto a equipe do Centro da Surdez da FCEE, a proposta da formação continuada mais indicada para o profissional do AEE Surdocegueira.

1.2 JUSTIFICATIVA

A finalidade deste trabalho é contribuir com a FCEE, ao criar um documento a ser anexado nas Diretrizes que instrumentalize a Instituição com orientações relevantes ao que compete na formação do professor do AEE Surdocegueira. Isso porque, a contratação de um professor para atuar no AEE Surdocegueira, apenas, com a formação de Graduação não é suficiente para que se desenvolva um trabalho de qualidade. Ou seja, é necessário ter suportes

teóricos e práticos, como por exemplo, de cursos de formação continuada e/ou até mesmo de experiências profissionais, para se observar os movimentos corporais e cognitivos deste educando e utilizá-los como um norteador de propostas que devem apresentar uma evolução gradativa, no tempo deste educando.

Cader-Nascimento (2021) faz uma interpretação do Decreto nº 5.296 de 2004 que vem ao encontro do raciocínio exposto nesta justificativa.

O mesmo decreto não entra na delimitação das características sensoriais dos estudantes surdocegos, apenas prevê que o profissional deve ser capacitado. Essa informação é preciosa, porque sustenta a importância da formação e capacitação dos profissionais que atuam diretamente com essa população, a qual não se restringe única e exclusivamente ao domínio da Libras. (NASCIMENTO, 2021, p 30 e 31)

Logo, as diretrizes do AEE, assim como as do MEC, em seus escritos sobre surdocegueira, nos dizem que a antecipação é um ato que faz grande diferença, seja para uma brincadeira, seja para a alimentação ou até mesmo na realização de atividade pedagógica. Estes são detalhes que um professor sem formações complementares, falhará em suas propostas (SANTA CATARINA, 2021, p.125,).

Para que ocorra a aprendizagem de conhecimentos e conceitos, o educando precisa ter prazer e interesse no que está sendo trabalhado. Mas se este professor não tiver os sentimentos descritos acima, seu atendimento terá falhas e não conseguirá despertar no educando a vontade de participar.

Desta forma, este projeto justifica-se pela relevância de servir como um norteador aos futuros gestores da Fundação Catarinense de Educação Especial e a Coordenação do Centro de Capacitação de Profissionais de Educação e de Atendimento as Pessoas com Surdez (CAS), orientando os profissionais do AEE Surdocegueira a desenvolverem seu trabalho com qualidade e eficiência, focando na evolução de seus educandos. Após leituras que são citadas neste trabalho, pôde-se constatar a carência de pesquisas que orientem quais cursos o professor da surdocegueira deve cursar para desenvolver um bom trabalho. Desta forma, a pretensão deste trabalho é nomear estes cursos e sua carga horária para que os gestores da FCEE tenham um documento como critério e direção que os possibilitem exigir, um mínimo de formações para o profissional que irá assumir o AEE Surdocegueira.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Para que se entenda um pouco sobre o trabalho a ser desenvolvido no AEE Surdocegueira, bem como para entender o objeto principal deste trabalho, o desenvolvimento da aprendizagem do educando surdocego, é necessário entender quem é este educando e suas singularidades. Logo temos algumas referências importantes.

Um educando surdocego se diferencia de um educando surdo ou cego, pois apresenta a ausência ou a limitação destes dois sentidos. Sua sensibilidade corporal, nasal, gustativa ou emocional é bastante aguçada. Nossos gestos, expressões corporais, modo de agir e reagir a situações diversas indica nossa personalidade que este educando percebe facilmente e apresenta como resposta, gestos, sons e comportamentos (PERREAULT, 2002, apud BRASIL, 2019, p. 13).

Nascimento (2021) refere-se a surdocegueira como:

[...] a combinação dos comprometimentos sensoriais auditivo e visual, em diferentes graus, na mesma pessoa, com implicações no processo de aquisição ou aprendizagem linguística. A presença da surdocegueira impede ou limita o acesso à informação auditiva e visual, altera os processos de interação social e modifica a orientação e mobilidade da pessoa nos espaços sociais. Interfere, ainda, nos processos de aquisição acidental, por meio da imitação e da observação, da linguagem, do desempenho e dos comportamentos valorizados socialmente, podendo haver restrição no desempenho de vários comportamentos esperados, dentre eles o linguístico, para a faixa etária. (NASCIMENTO, 2021, p. 25)

Nota-se nas citações acima, que detalham quem é este indivíduo surdocego, suas peculiaridades, as especificidades quanto as suas necessidades, vindas ao encontro do propósito deste trabalho: a preocupação quanto à formação do profissional que irá atuar no AEE Surdocegueira. O conhecimento é fundamental para este professor que estará atuando, mediando pedagogicamente um educando com necessidades muito específicas. Assim sendo, entende-se que apenas uma graduação em Pedagogia ou Pedagogia em Educação Especial não será suficiente.

A surdocegueira é pouco falada, apesar de, segundo o portal da Câmara dos Deputados, possuírem uma divulgação citando que de acordo com a FENEIS (2017) existem no Brasil cerca de 40 mil surdocegos. Contudo, é necessário entender este sujeito, e segundo o site do Instituto Benjamin Constant o conceito de surdocegueira é:

A Surdocegueira é uma deficiência que compromete, em diferentes graus, os sentidos da visão e audição. A privação dos dois canais responsáveis pela recepção de informações a distância afeta o desenvolvimento da comunicação e linguagem, a

mobilidade, a autonomia, o aprendizado etc. Há pessoas que podem ser totalmente surdas e cegas ou apresentar resíduos auditivos e/ou visuais. O sujeito pode ter cegueira e baixa audição; surdez profunda e baixa visão; baixa visão e audição ou ter cegueira e surdez profundas. Vale ressaltar que, mesmo com a presença de resíduos (auditivo e/ou visual), o indivíduo pode ser considerado uma pessoa com surdocegueira. Isso acontece quando não se consegue compensar a perda visual com o resíduo auditivo, ou o contrário, a perda auditiva com o resíduo visual. A surdocegueira é classificada em dois grupos: congênita, quando o indivíduo nasce com a deficiência; e adquirida, quando a pessoa nasce com perda visual ou auditiva, adquirindo outra no decorrer da vida. Em ambos os casos, há o desafio de comunicação (INSTITUTO BENJAMIN CONSTANT, 2017, s. p.).

Observa-se uma sequência de citações sobre quem é o sujeito surdocego por diferentes fontes, mostrando a relevância do conhecimento para quem irá assumir a responsabilidade de atuar no AEE Surdocegueira. O profissional que trabalhará com este educando, deverá saber a Libras e suas vertentes, seja em campo reduzido ou tátil, a proposta de comunicação tem que ser de acordo com o diagnóstico deste educando. Será necessário ainda, saber se ele possui a surdocegueira congênita ou adquirida, para que através desta informação, adicionada a outras, este professor possa elaborar seu projeto e planos de aula (SANTA CATARINA - FCEE, 2021, p. 136).

Outro ponto fundamental a ser considerado é que a criança com surdocegueira, muitas vezes, apresenta atrasos motor, e também atraso na sua comunicação, o que pode gerar uma insegurança emocional significativa. Conforme colocam Cambruzzi e Costa (2016) os conceitos estão relacionados à linguagem que interferem nos processos psíquicos.

A linguagem é um signo mediador por excelência, pois carrega em si os conceitos generalizados elaborados pela cultura humana. Partindo dessa premissa, a linguagem é o fator primordial de mudança nos processos psíquicos do homem, pois: permite lidar com os objetos do mundo exterior mesmo quando eles estão ausentes; possibilita o processo de abstração e generalização (analisar, abstrair e generalizar as características dos objetos, eventos, situações presentes na realidade); garante o intercâmbio social entre indivíduos ao longo da história por meio da comunicação (CAMBRUZZI; COSTA 2016, p. 24).

Deste modo, o profissional que assumir o AEE Surdocegueira necessita entender que a linguagem a ser adquirida pelo educando fará diferença em sua vida escolar e social.

O grau de responsabilidade aumenta quando se tem esta percepção.

O professor deve ser flexível, saber conquistar a confiança do educando e motivá-lo a participar de suas propostas. Usar materiais adequados, que não agridam sua sensibilidade tátil, reconhecendo, possivelmente que seu planejamento pode não estar adequado e assim ser necessário refazer a proposta. No capítulo 1.1 Múltipla Deficiência Sensorial do exemplar do MEC (2019), o surdocego é uma pessoa com uma deficiência multissensorial e que

inicialmente não dará as respostas que, possivelmente, o professor espera, seja porque não entendeu, por não ter conceitos suficientes ou até mesmo pela falta de linguagem citada acima.

Diante do exposto, vale mencionar que esta pesquisa é norteadada em dois pontos: o professor, e sua necessidade mínima de formação, e o nosso educando, e suas necessidades pedagógicas para aprendizagem.

Sabe-se que se o profissional que irá trabalhar no AEE Surdocegueira tiver uma formação continuada que lhe dê uma base de entendimento em que, ele tenha internalizado sobre as privações espaciais, sociais, noções de distância entre outros, este desenvolverá um bom trabalho. A partir desta pesquisa qualitativa investigativa, se espera criar instrumentos necessários para dar um suporte de apoio traçando o perfil do professor do AEE surdocegueira do CAS da FCEE.

2.1 FORMAÇÃO CONTINUADA DO PROFESSOR DA REDE REGULAR DE ENSINO

Inicialmente é válido ressaltar que, não se tem a intenção de analisar a formação continuada do professor da rede, pois, não é o foco desta pesquisa, porém este profissional é o que mais se verá decidindo por trabalhar na educação especial como está escrito no item 4.2.1. Conforme consta no portal do MEC é possível encontrar um item que fala sobre a formação continuada desses professores, com as seguintes orientações:

A Rede Nacional de Formação Continuada de Professores foi criada em 2004 com o objetivo de contribuir para a melhoria da formação dos professores e alunos. O público-alvo prioritário da rede são professores de educação básica dos sistemas públicos de educação.

As instituições de ensino superior públicas, federais e estaduais que integram a Rede Nacional de Formação de professores, produzem materiais de orientação para cursos à distância e semipresenciais, com carga horária de 120 horas. Assim, elas atuam em rede para atender às necessidades e demandas do Plano de Ações Articuladas (PAR) dos sistemas de ensino.

As áreas de formação são: alfabetização e linguagem, educação matemática e científica, ensino de ciências humanas e sociais, artes e educação física (BRASIL, 2022).

Percebe-se que por este viés, em nenhum momento está incluído o professor de educação especial ou de AEE. A preocupação maior é dos profissionais que atuam no ensino regular. Mas, ao continuar a pesquisa, pode-se encontrar no próprio site do MEC orientações

com relação ao professor da educação especial, todavia para aquele que já atua com o educando especial. Ou seja, não se tem um pensamento de formar antes de se ter um educando com um diagnóstico, primeiro o profissional ocupa a vaga e somente depois irá se preocupar com uma formação qualificada.

2.2 FORMAÇÃO CONTINUADA DO PROFESSOR DA EDUCAÇÃO ESPECIAL DA REDE REGULAR DE ENSINO

O que diz o MEC em relação à formação continuada do professor da educação especial:

O Ministério da Educação, por intermédio da Secretaria de Educação Especial, desenvolve em parceria com o programa Universidade Aberta do Brasil - UAB o Programa de Formação Continuada de Professores na Educação Especial que tem por objetivo formar professores dos sistemas estaduais e municipais de ensino, por meio da constituição de uma rede nacional de instituições públicas de educação superior que ofertem cursos de formação continuada de professores na modalidade a distância.

Público-alvo:

Professores da rede pública de ensino que atuam no atendimento educacional especializado e na sala de aula comum (MEC, 2022).

Conforme as informações citadas pode-se constatar que existe uma preocupação real em relação à formação deste profissional que trabalha com este grupo de educandos. Grupo este que necessita de um suporte diferenciado para que possa viver a inclusão na sua totalidade.

Um fator relevante a ser incluído neste trabalho, são as barreiras arquitetônicas, que serão mencionadas a seguir, sendo retirada do site “diversa”:

A acessibilidade possibilita a eliminação de barreiras existentes no ambiente físico e social que impedem ou dificultam a plena participação de pessoas com ou sem deficiência em todas as áreas da sociedade. Viabilizar o acesso de todas as pessoas é fundamental para promover a inclusão e, por isso, existem diferentes tipos de acessibilidade, tais como a arquitetônica, comunicacional, metodológica, instrumental, programática e atitudinal. Na educação inclusiva, esses diferentes tipos de acessibilidade são importantes para que os estudantes público-alvo da educação especial possam acessar, permanecer e participar dos conteúdos curriculares nas escolas comuns. (BRITO, 2022, s.p.)

O foco deste trabalho é a formação continuada do profissional, porém vale afirmar que este professor que atua em uma Instituição sem adequações arquitetônicas para acesso a

todos ambientes, ou na escassez de material pedagógico adequado, seu trabalho também ficará falho ou prejudicado. Por isso, é necessário um conjunto de acessibilidade profissional, arquitetônica e de materiais adaptados para que o educando tenha um bom desenvolvimento educacional, principalmente o educando surdocego.

No Portal do MEC (2022) encontram-se cursos com vários temas que abordam os seguimentos da educação especial e formação continuada na modalidade EAD que são acessíveis aos professores. Assim como se encontram cursos de Graduação e Pós-graduação vinculada a esta Instituição (MEC) com ofertas à distância, para que professores possam adequar sua agenda profissional com o estudo e consigam se capacitar, gerando resultados de qualidade em seu trabalho com o educando da educação especial.

O portal do MEC passou por uma atualização do ano de 2022 para 2023. Para se acessar estas informações, é preciso entrar no site: portal.mec.gov.br. Após este feito, deverá clicar em pesquisar: “formação continuada em educação especial” e verá como título: “MEC oferece 15 novos cursos à distância focados em educação especial” assim o profissional interessado em se capacitar terá acessibilidade. As aulas são na plataforma virtual do MEC, e contém as seguintes informações:

Com uma ampla gama de conteúdos educacionais, o objetivo desse tipo de formação acadêmica é eliminar barreiras e oportunizar ações pedagógicas adequadas ao público-alvo da educação especial em todo o país, de acordo com suas necessidades e especificidades. Os cursos envolvem desde o processo de ensino-aprendizagem na primeira infância, alfabetização, no âmbito do ensino fundamental (I e II), ensino médio, indo até o ensino superior e à Educação de Jovens e Adultos (EJA). Também há um curso sobre atendimento educacional a estudantes com síndromes e doenças raras.

Os cursos são gratuitos e auto-instrucionais (sem tutoria), destinados aos professores do atendimento educacional especializado, profissionais da educação, familiares e pessoas interessadas nos temas. A abordagem dos cursos traz conceitos teóricos e metodológicos, aspectos históricos, políticos e sociais.

Os temas são os seguintes: Deficiências Física, Visual e Intelectual; Transtorno do Espectro Autista (TEA); Educação Infantil; Altas Habilidades ou Superdotação; e Atendimento Educacional em Ambientes Hospitalar e Domiciliar. (BRASIL, 2023, s.p.)

Nos cursos ofertados pelo MEC observa-se que eles têm a proposta para a deficiência visual, porém falta, até o momento desta análise, ofertar cursos na área da surdez, já que o sujeito surdocego tem a deficiência nessas duas áreas sensoriais. Vale novamente ressaltar que a surdocegueira é uma deficiência única, com manejo diferenciado ao que se oferta a um educando surdo ou cego. Não é preciso ficar limitado ao site do MEC, outra opção é o site da SED no ícone acesso rápido entra em (professores e gestores), onde encontrará algumas propostas de formação continuada na área do ensino fundamental. Na área da educação

especial tem o site da Fundação Catarinense de Educação Especial com a opção de cursos e capacitações, todos os cursos são gratuitos. Caso o professor queira fazer sua formação voltada ao aprendizado da Libras, ele poderá acessar o site do Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES) em sua página principal encontrará a oferta de curso de Libras. Finalizando sobre estas possibilidades de capacitação, basta colocar no navegador Google (cursos de educação especial) o professor tem uma diversidade de ofertas em áreas diversas.

2.3 ESTUDOS SIMILARES

Podem-se encontrar professores com diversas formações atuando em AEEs. Esta afirmação não é um caso isolado, é recorrente nas redes de ensino estaduais e municipais no Brasil.

Logo, os trabalhos que serão citados a seguir relatam exatamente esta afirmação, que a maioria dos profissionais só inicia suas buscas de formação na área da educação especial após ingressarem na função. No quadro a seguir colocou-se resumidamente o assunto de cada trabalho.

QUADRO 1 – Pesquisas relacionadas à formação dos professores na área da Educação Especial

Autores	Título	Principais conclusões
MATOS, Izabele Sales	Formação Continuada dos Professores do AEE – Saberes e Práticas Pedagógicas para a Inclusão e Permanência de Alunos com Surdocegueira na Escola.	A autora expõe a contratação de professores de educação física atuando no AEE com crianças surdocegas.
IKONOMIDIS, Vula Maria	Formação de Professores Especializados: avaliação, planejamento e acompanhamento do desenvolvimento educacional de estudantes com surdocegueira	Colaboradora da Ahimsa percebe que os educandos surdocegos não recebem um atendimento de qualidade devido a falta de formação específica por parte dos profissionais que atuam com eles.
BRIDI, Fabiane Romano de Souza	Formação Continuada em Educação Especial: o atendimento educacional especializado.	Estudo direcionado a cidade de Santa Maria - RS relata sobre a formação dos professores de AEE. Pontua também sobre a resistência e até medo dos professores da rede em trabalhar com aluno surdocego.

LIMA, Maria das Graças	Formação Continuada de Professores do Atendimento Educacional Especializado (AEE) em Campina Grande/PB: o antes, o durante e o depois de uma intervenção pedagógica.	Explana sobre a oferta de uma formação em forma de oficina voltada aos profissionais do Atendimento Educacional Especializado e Surdez, oferecido pela Universidade Federal de Campina Grande.
CAMPOS, Eri Cristina dos Anjos	Formação Continuada e Permanente de Professores do Atendimento Educacional Especializado para Práticas Pedagógicas Inclusivas.	Estudo voltado a formação continuada dos professores do AEE das escolas municipais de Lages. Professoras participantes possuem graduação em pedagogia e cursos em Educação especial.
SOUZA, Maciene Shirllayme Vilhema	Contribuições de Casos de Ensino na Formação Continuada de Professores do Atendimento Educacional Especializado em um Curso a Distância.	Relato sobre a formação continuada das professoras do AEE da cidade de Marabá no estado do Pará, realizado por uma plataforma do Moodle num período de 06 meses com uma carga horária de 120 horas.
QUEIROZ, Júlia Graziela Bernardino de; GUERRERO, Elaine Maria Bessa Rebelo.	Formação Continuada dos Professores no Contexto da Sala de Recursos Multifuncionais do Atendimento Educacional Especializado.	Traz reflexões sobre a contratação de professores para o AEE em escolas da secretaria do estado de Manaus.
ROSSETTO, Elizabeth	Formação do Professor do Atendimento Educacional Especializado: a educação especial em questão.	Em seu trabalho traz para se pensar sobre a diversidade dos educandos especiais e seus diagnósticos. Para tal reflexão utiliza uma linha documental e bibliográfica, pontuando sobre as atribuições do professor de AEE e sua formação.

Fonte: pesquisas feitas pela autora.

Matos (2012) coloca em sua pesquisa o exemplo de professor de outra área de formação, como professores de educação física atuando no AEE com crianças surdocegas. Conforme Matos (2012), este é um estudo de análise de duas escolas de ensino fundamental da rede pública no Município de Fortaleza, com duas professoras do Atendimento Educacional Especializado – AEE. Este trabalho inicia contextualizando a trajetória destas profissionais com graduação em Educação Física na Universidade de Fortaleza - UNIFOR. Na sequência, fizeram curso de Especialização em Lazer, onde tiveram uma disciplina que abordava a educação especial - Planejamento de Programas de Lazer. Após este período em

que trabalhavam na Instituição do SESI (Serviço Social da Indústria), foram admitidas na rede pública de ensino do Estado do Ceará, depois ingressaram na rede Municipal, aceitando o desafio (conforme suas palavras) mesmo não tendo formação adequada para o trabalho na Escola de Ensino Fundamental Instituto dos Cegos. Segundo relato da pesquisa, somente com o tempo e prática, foram se qualificando com formação continuada na área da deficiência visual e surdocegueira. O trabalho também traz uma contextualização histórica, com leis, questionários, documentos e entrevistas. Concluindo a entrevista e trabalho, as professoras que fazem parte do estudo reconhecem que possuem dificuldades na comunicação, bem como na orientação e mobilidade com o educando surdocego.

Em contraponto, Ikonomidis (2019) analisa profissionais que foram contratados para trabalhar em um centro especializado no Rio de Janeiro que atuam com educandos surdocegos, que mesmo com especialização não apresentavam metodologias e estratégias adequadas à demanda do serviço. Ao longo do estudo se discute sobre uma carga horária que seja suficiente para que o professor compreenda as necessidades mínimas sobre a deficiência do educando.

Neste trabalho de Ikonomidis (2019) que é colaboradora da Ahimsa (Associação Educacional para Múltipla Deficiência²) na cidade de São Paulo, que atende educandos com surdocegueira e deficiência múltipla sensorial. Ela atua como professora e coordenadora pedagógica, e reconhece que este grupo de educandos com surdocegueira não recebe um serviço com qualidade, seja nas escolas ou no AEE. Isso se dá pela falta de profissionais com formação suficiente para atender as especificidades de cada um. O foco do trabalho analisado é com os profissionais com especialização que trabalham no Instituto Benjamim Constant (IBC), que fica no Rio de Janeiro, e visa conhecer qual formação seria mais indicada a estes profissionais, formação está que poderá lhes capacitar para que entendam melhor a surdocegueira e utilizem de estratégias para melhorar a comunicação e seu trabalho com os educandos e seus familiares. Ela escreveu uma jornada sobre a educação do surdocego e a educação especial, também dos profissionais e sua carência, de uma formação específica e metodologias adequadas. A autora concluiu que apesar do investimento em formação continuada num tempo de seis meses, na prática, não houve assimilação na sua totalidade, pois os profissionais continuaram não incluindo a antecipação para aplicar qualquer atividade. Ela menciona ainda que os instrumentos de avaliação não fossem claros e que necessitam de ajustes.

² A surdocegueira é classificada por muitos pesquisados uma deficiência múltipla, sendo que a Ahimsa, também aborda sobre esta deficiência.

Bridi (2023) menciona em relação ao que diz a lei, ao que se refere aos direitos e a formação continuada dos professores e sua pesquisa ficou direcionada aos profissionais de Santa Maria no Rio Grande do Sul, curso de formação continuada “somente”³ aos professores do AEE não incluindo os professores da rede. Este fato não é isolado, pois parece haver uma preocupação em formar “apenas” os professores da área da educação especial e esquecem que o professor da sala de aula, das disciplinas curriculares, também necessita desta formação para entender as ações e reações deste educando, bem como suas necessidades pedagógicas e metodológicas. Este trabalho é um artigo voltado à formação do professor de AEE, inicia contextualizando um pouco da história e da lei sobre a formação dos profissionais da educação. O texto exhibe que os professores do ensino regular apresentam resistência e medo de trabalhar com um educando com diagnóstico de surdocegueira, por exemplo. Além, o texto também traz que existe a graduação com disciplinas em educação especial e a graduação em educação especial. O artigo também faz considerações aos cursos EAD, como a viabilidade de baixo custo e que pode ser realizado com rapidez, cita também os “Cursos de Formação Continuada a Distância de professores para o Atendimento Especializado disponibilizado pelo programa de Educação Inclusiva da SEESP/MEC”. A autora direciona o estudo para a Rede Municipal de Ensino de Santa Maria, sendo que ela informa que apenas treze professores do AEE participaram do curso EAD de 180 horas no ano da sua pesquisa. Concluindo, a modalidade EAD foi a utilizada para as formações dos professores da Rede Municipal de Santa Maria, sendo estes professores privilegiados, pois os professores da rede regular que trabalham com os mesmos educandos, não receberam esta formação. Contudo a discussão sobre a formação continuada, segundo a autora, requer mais estudos.

As trocas entre professores que partilham suas experiências são momentos muito importantes, que deveriam estar contidos no calendário letivo, fazendo parte da formação continuada. Essas trocas economizam erros, e sem elas, quem perde é sempre o educando, e por consequência, sua família. No trabalho a seguir Lima (2018) relata um pouco sobre a importância destas trocas.

Lima (2018) em sua dissertação, uma pesquisa que ofereceu oficinas para 7 professoras e 2 coordenadoras, inicia fazendo um breve histórico das deficiências e de alguns autores que discutem a educação especial, como: Pletsch, Mantoan, Jesus e Effgem, Glat e Mazzotta. A autora faz um breve relato histórico do cenário da educação especial, leis e instituições que atendiam estes sujeitos. Continuando, afirma que apenas a formação de

³ Grifo da autora.

graduação não é o suficiente, sendo necessário realizar uma contínua formação para assegurar uma qualidade do ensino. O foco do seu estudo foi: “Atendimento Educacional Especializado e Surdez”, curso oferecido pela Universidade Federal de Campina Grande - UFCG. Durante a formação houve muitas trocas, onde as professoras relataram suas práticas, a falta de tempo para planejar e criar materiais, a distância da professora regente de sala de aula e que muitas vezes, em cursos de formação, não encontram espaço para trocas.

Concluindo, foram oito oficinas de 4 horas cada, totalizando uma carga horária de 60 horas de formação continuada e as participantes tinham especialização no Atendimento Educacional Especializado. A prática desta formação teve como metodologia a pedagogia do Paulo Freire, em que o aprender se dá na prática e conseqüentemente reflete-se criticamente esse fazer. A pesquisa com as professoras iniciou com questionários, em que responderam que a maioria delas ingressou no AEE sem ter formação na área da educação especial. Relataram que atualmente, além das formações elas necessitam de recursos, parceria com as famílias e profissionais da escola, finalizando com um espaço adequado para estes atendimentos. A formação segundo a pesquisadora foi muito positiva, pois as professoras conheceram um pouco sobre a formação permanente de Paulo Freire.

Lançando a reflexão: os professores devem ter formação continuada ou formação permanente? Este será o pensamento em discussão do trabalho de Campos (2023), a seguir. E logo se compreende que as duas formações são fundamentais para um bom desempenho com os educandos. Este trabalho se deu na cidade de Lages no Estado de Santa Catarina, com professoras que possuem formação em Pedagogia e cursos voltados à área da educação especial. As mesmas afirmam ser importante a formação continuada que se faz em várias áreas, mas também a formação permanente é fundamental, momento que se pode aprimorar o conteúdo com uma carga horária maior.

Nesta pesquisa Campos (2023) estuda sobre a formação continuada das professoras do AEE das escolas Municipais de Lages - SC. Para este trabalho foram utilizadas entrevistas, fontes bibliográficas, registros históricos, documentos sobre políticas públicas e alguns autores como Alarcão, Imbernón, Montoan e Ropoli. Foram convidadas 7 professoras que atuam em sala de atendimento educacional especializado, a maioria destas com graduação em Pedagogia e cursos na área da educação especial. Nas respostas das entrevistas, as professoras disseram que é necessária a formação continuada para melhor solucionar as dificuldades encontradas no dia a dia da prática educacional. Foi parte de o questionário saber a diferença de “formação continuada” e “formação permanente”, e cada professora demonstraram ter sua

visão sobre ambas as formações, mas todas têm a clareza que é importante estar em constante busca do conhecimento para o seu crescimento e rendimento profissional.

A autora conclui, legitimando a função do professor do AEE e a importância de seu trabalho na escola, que a formação oferecida pela rede Municipal é insuficiente, que as professoras necessitam ir a busca de outras instituições que forneçam estas formações, porém não são dispensadas para que façam cursos presenciais, e assim muitas recorrem aos cursos online. As professoras externaram que necessitam lutar para serem aceitas e respeitadas pela comunidade escolar que atuam e pela inclusão dos educandos (que são atendidos no AEE).

A pandemia proporcionou um novo direcionamento aos cursos EAD, a plataforma Moodle foi muito utilizada e nela tem-se a possibilidade de trocas, onde os cursistas interagem entre si e com os ministrantes/tutores. Os professores não foram excluídos desta ferramenta, ao contrário eles têm utilizado muito os cursos EAD devido a sua jornada de trabalho, muitas vezes, dupla ou tripla. Souza aborda este assunto em seu trabalho.

Neste contexto, Souza (2016) refere-se à formação continuada das professoras de AEE do Município de Marabá-PA, um curso feito em uma plataforma do Moodle: kunlaborado.com.br, com uma proposta de 120 horas em um período de 06 meses. Teve a participação de 01 coordenadora do departamento da educação especial do Município, 01 professora do curso de aperfeiçoamento e 12 professoras das salas multimeios.

A autora inclui em seu trabalho a história da educação especial no Brasil, políticas e diretrizes da educação inclusiva e formação oferecidas pelo MEC. Este estudo é produto de outra pesquisa feita pela autora, também na rede Municipal do Marabá, que teve a participação de 30 professoras de 17 salas de AEE, utilizando outras metodologias. O resultado deste estudo deu origem ao curso “Casos de ensino e prática pedagógica na oferta do atendimento educacional especializado”.

Os resultados deste trabalho foram através de análises das respostas das atividades e diálogos das professoras no Moodle. A proposta teve um saldo positivo, as participantes receberam formação e principalmente fizeram conexão com o seu dia-a-dia de trabalho e tiveram trocas de experiências entre elas. Porém, este curso não foi o suficiente, são necessários vários cursos de formação para que estas professoras atendam as demandas específicas de cada educando.

Outra pesquisa feita tem-se o debate sobre a contratação de profissionais sem qualificação profissional para trabalhar em AEE não tem estado brasileiro fixo, a confirmação se dá no estudo de Queiroz e Guerrero (2023) com professores do estado de Manaus,

iniciando a trabalhar com educandos especiais mesmo tendo apenas a graduação em Pedagogia.

Queiroz e Guerrero (2023) publicaram uma parte de sua dissertação, voltada para a formação de professores que trabalham em AEE das escolas da Secretaria de Ensino de Manaus (SEMED). O trabalho foi feito com uma coleta de dados como instrumento de pesquisa e utilizou um questionário no intuito de conhecer a formação desses professores, para esta coleta de dados utilizou-se o software SphinxLexica.

Como introdução as autoras apresentaram brevemente sobre a educação especial, leis, instituições e abordaram um pouco da história sobre a formação dos professores no Brasil, da formação tecnicista para a atual. Elas colocaram que não existe muita clareza quando se fala nessa formação do professor do AEE, pois o público que frequenta estas salas apresenta uma variação de necessidades e comorbidades, o que intuitivamente acaba dificultando a criação de formações específicas.

Os resultados focaram nos dados levantados e divididos em alguns seguimentos que envolveram a formação desses professores: seu conhecimento específico na área, vivências e capacitação. A maioria dos participantes ao ingressar no serviço tinha apenas a graduação em Pedagogia, destes, pelo menos 06 não tinham formação com especialização, somente 03 possuíam especialização em educação especial, dos 11 professores, 06 não haviam tido a experiência de trabalhar em AEE, sendo esta sua primeira experiência. Estes dados são de quando assumiram as salas de atendimento educacional especializado, visto que atualmente já apresentam formações que foram realizando enquanto trabalhavam. Estes profissionais têm educandos com deficiência intelectual, transtorno do espectro autista, surdez, cegueira, TDAH entre outros, o que resulta em um dificultador de formação, pois é humanamente árduo um professor deter tanto conhecimento. Além do mais, devem-se considerar os desafios de planejar, elaborar materiais e participar de formações que são ofertadas, tudo isso sem o suporte necessário para estas demandas.

Um assunto que não encontramos reflexões foi sobre os diversos comprometimentos dos educandos especiais, cada sujeito carregando consigo sua singularidade e comorbidades. Rosseto (2015) aborda este assunto, e comenta que este chega a ser um dificultador considerável para o profissional que irá atuar no AEE. São diversos diagnósticos e que necessitam de uma formação específica.

Rosseto (2015) em seu trabalho optou por elaborar um artigo seguindo uma linha documental e bibliográfica sobre a formação e as atribuições do profissional do AEE na sala Multifuncional. Na introdução, Elizabeth detalha seu trabalho que será norteador na legislação,

em documentos oficiais, na Política Nacional da Educação Especial, resoluções e diretrizes, com buscas ao que se refere a inclusão e ao trabalho docente. Após leituras, ela pode perceber que a prática não condiz com os escritos, que as atribuições elencadas aos professores da sala do AEE, muitas vezes exige que ele tenha conhecimentos em várias áreas educacionais e ainda dominar as especificidades dos comprometimentos de cada deficiência e que só depende da “boa vontade deste professor”. Continuando neste pensamento, o profissional da área da educação especial ainda tem que incluir em sua jornada de atribuições, as orientações: as famílias, aos professores de sala e ao corpo docente da escola.

A autora encontrou em suas leituras, escritos que o professor de AEE deveria ter graduação ou pós-graduação em educação especial ou que tivesse em sua graduação habilitação em educação especial, porém na prática constatou que a maioria dos professores apenas apresenta cursos de formação continuada e que recorrem às capacitações EAD. O MEC é uma das Instituições que oferece cursos à distância devido às parcerias criadas com algumas Instituições, ofertando formação nesta modalidade com uma carga horária de 120 horas.

É válido destacar que as salas do AEE se tornaram um apoio significativo para as escolas, famílias e educandos. É necessário um olhar para este professor, suas demandas e o que se oferece de suporte legal e prático para que ele possa desenvolver um trabalho de qualidade.

Estes estudos foram feitos em várias cidades e estados do Brasil como, por exemplo: Fortaleza – CE, Rio de Janeiro- RJ, Santa Maria- RS, Campina Grande- PB, Lages- SC, Marabá- PA, Manaus- AM. A formação dos professores que trabalhavam, no momento da pesquisa, era de Pedagogia, Educação Física e Coordenação/Orientação Pedagógica e Pós-graduação em Lazer. O que se percebe nas “queixas” por parte destes pesquisadores, é que os profissionais que assumiram o AEE Surdocegueira, não tinham suas graduações voltadas ao público do atendimento e outros não tinham formação.

Analisando outra pesquisa encontrada, temos Nascimento (2021) que nos conta um pouco da história do surdocego e sua inclusão na educação no Brasil.

O percurso de construção da identidade da área no Brasil foi marcado pela visita de Helen Adams Keller ao país em 1953. Nesse período, nasceu a proposta do Atendimento ao Surdocego na década de 60. A organização dos serviços e atendimentos foi implementada pela professora Nice Tonhozi Saraiva, em São Paulo, por meio da luta pela: a) abertura de classe especial em escolas de cegos ou de surdos; b) criação, em 1964, do setor de educação de deficientes Audiovisuais-SEDAV; c) criação, em 1968, em São Caetano do Sul – SP, da primeira Escola Residencial para deficientes da Áudio Visão – E.R.D.A.V.O programa educacional

baseava-se no que hoje denominamos de currículo funcional: atividade de vida diária, desenvolvimento da comunicação, orientação e mobilidade. (NASCIMENTO, 2021, p. 17)

O educando com diagnóstico de surdocegueira passou a ser inserido em atendimentos na década de 60, tinha uma frequência quase rara nas Instituições de educação. Atualmente suas famílias entendem que o direito dos seus filhos é de estarem incluídos, seja no ensino da educação básica, ensino fundamental, ensino médio e/ou superior. Por mais que tenhamos leis que dão direitos a frequência destes sujeitos aos sistemas de ensino, em contrapartida não se encontram profissionais com formação direcionada para trabalhar com este público singular, com necessidades muito específicas.

No resumo das publicações mencionadas acima, o trabalho pedagógico a ser desenvolvido com este educando se torna falho ao se contratar um professor sem qualificação adequada. O educando surdocego foi inserido nos atendimentos educacionais há 63 anos, e o que se percebe é que ainda estamos em processo de aprender a trabalhar com este público.

3 METODOLOGIA

Esta pesquisa se dará de forma qualitativa investigativa, segundo Evêncio *et al.* (2019), com a criação de um currículo mínimo, direcionado para os profissionais que trabalham na Pedagogia e Coordenação do CAS/ FCEE, para que se possa traçar um perfil de formação continuada mais adequado às necessidades deste grupo de educandos que apresentam limitações na sua comunicação, locomoção e aprendizado.

Toda formação deste professor deve estar respaldada nas necessidades deste educando e sua forma singular de aprendizado, conforme detalha Batista (2019):

Considerando que o estudante com surdocegueira leva mais tempo para aprender qualquer atividade ou generalizar habilidades aprendidas, não por ser incapaz, mas pela falta de dois sentidos essenciais e, principalmente, pela falta de recursos, serviços e acessibilidade, faz-se necessário desenvolver um planejamento curricular que esteja em sintonia com uma perspectiva funcional. O enfoque desse planejamento não deve estar apenas nas atividades acadêmicas, mas na qualidade de vida e na inserção social desse sujeito. (BATISTA, 2019, p. 83)

O trabalho segue quatro etapas que estão escritas nos objetivos específicos, que irão descrever o pensamento da autora em relação à proposta do tema. Para que se possa alcançar no primeiro objetivo específico foi investigada a formação dos professores segundo as

Diretrizes da Surdocegueira orientadas pela SED, que se encontra publicada no site da Fundação Catarinense de Educação Especial: Publicações da FCEE que estão no item 4.1 Diretrizes da Surdocegueira (acesso: 10 jan. 2023) e no site do MEC a publicação: Surdocegueira/Múltipla Deficiência Sensorial (acesso: 12 jan. 2023).

No segundo objetivo realizado, foi um levantamento das Instituições públicas da grande Florianópolis, como consta no item 4.2 Currículos dos Cursos de Graduação em Pedagogia nas Universidades Públicas na Grande Florianópolis- Santa Catarina. Foram selecionadas: Universidade Federal de Santa Catarina- UFSC; Universidade do Estado de Santa Catarina- UDESC e o Instituto Federal do Estado de Santa Catarina- IFSC. Toda pesquisa foi através da Internet no site oficial das Instituições, no item currículo.

No terceiro objetivo específico, por ser um tema mais amplo: propôs-se um currículo básico e optou-se por dividi-lo em três assuntos pertinentes. A divisão ficou com os seguintes títulos: 4.3 Propostas de Formação para o Profissional que atua no AEE Surdocegueira na FCEE. 4.3.1 Competências estabelecidas pela SED. 4.3.2 Trajetória de formação da autora na área da Educação Especial. Finalizou-se o tópico com o item 4.3.3 Proposta de um Currículo Básico de Formação para o Profissional do AEE Surdocegueira.

Continuando com a explicação, elaborou-se um Currículo Básico com sugestão de cursos e carga horária mínima, para que este professor possa vir a desenvolver um trabalho de expansão do aprendizado acadêmico no AEE com o educando surdocego. Também se preocupou em escrever as indicações que as diretrizes do MEC e da própria SED nos sugerem sobre formação deste professor, a fim de obtermos uma visão mais ampla das possibilidades de aperfeiçoamento dos professores no AEE Surdocegueira.

A proposta que se encaminhou as profissionais do CAS/FCEE foi de uma entrevista com trocas e reflexões sobre: o funcionamento do AEE Surdocegueira existente no setor; quais eram as formações dos profissionais que atuaram neste serviço; quais resultados foram observados nos trabalhos anteriores; qual foi o desenvolvimento dos educandos; a formação do atual professor; e quais os resultados no trabalho que está sendo desenvolvido no momento da pesquisa. Também uma conversa sobre a proposta da grade de disciplinas de um possível Currículo, que foi primeiramente avaliado pelo grupo, as participantes tiveram um prazo para excluir e incluir disciplinas, para só depois definir o Currículo e posteriormente apresentado aos Gestores da Instituição. O termo de consentimento e as questões norteadoras estarão no apêndice do trabalho.

Nesta pesquisa investigativa, pretende-se ainda questionar, argumentar, buscar e construir um documento que vá ao encontro das necessidades do AEE Surdocegueira do

CAS/ FCEE e de outras Instituições, com a intenção de promover um trabalho de qualidade, sendo o maior beneficiado o educando surdocego.

4 RESULTADOS

Neste item do trabalho estão escritos os temas que foram apontados como um caminho existente que deva ser seguido. Os dados escritos são atuais, para que o profissional que tem a intenção de trabalhar no AEE da Surdocegueira tenha ciência do que será de sua competência saber, realizar e agregar a sua formação.

4.1 DIRETRIZES DA SURDOCEGUEIRA DA SED E DO MEC

As Diretrizes para o Atendimento Educacional Especializado foram escritas em 2021, e a parte direcionada a Surdocegueira, está no capítulo sete, na página cento e vinte postado no site da FCEE. A autora deste trabalho faz parte da autoria da escrita daquele documento que tem como um dos objetivos orientar as (os) profissionais que irão atuar neste serviço. Nos seus objetivos específicos, na página 122, está elencado o que se espera que este professor atinja com o seu trabalho:

- Estabelecer comunicação com o estudante surdocego;
- Proporcionar o ensino da Libras, Libras tátil ou Libras em campo reduzido, conforme a necessidade do estudante;
- Promover a aquisição de uma língua e sua ampliação;
- Propiciar a aquisição e ampliação de conceitos e vocabulários;
- Possibilitar o aprendizado da língua portuguesa por meio da escrita ampliada, caso tenha uma visão útil;
- Oportunizar o aprendizado do Braille como sistema de leitura e escrita
- Proporcionar o aprendizado do Sorobã; e,
- Ofertar o trabalho de OM. (SANTA CATARINA, 2021, p. 122)

Estes itens elencados são norteadores do que este professor necessita saber, como: introduzir uma comunicação com este educando surdocego, saber a Libras, Braille entre tantos outros conhecimentos. Ao passar para a próxima página das diretrizes, no item “Estrutura e Funcionamento”, na página 123, diz sobre algumas responsabilidades deste AEE e do profissional que irá atuar nele:

O atendimento oferecido ao estudante surdocego deve se pautar em estratégias pedagógicas que levem em consideração as singularidades e as especificidades desse sujeito, a fim de se estabelecer uma comunicação eficiente, que possa contribuir para o processo de ensino e aprendizagem e assegurem a esse estudante, a oportunidade de alcançar, plenamente, seu potencial.

Uma abordagem diferenciada e específica faz-se necessária, pois o desenvolvimento desse estudante dependerá do plano de trabalho traçado e de como as atividades serão propostas. Por serem pessoas únicas e com diferentes necessidades, requer um plano de trabalho cuidadosamente elaborado, no qual a busca pela comunicação deve ser prioridade a fim de que vínculos comunicativos possam ser estabelecidos com o estudante surdocego. (SANTA CATARINA, 2021, p. 123)

A SED deixa claro em suas diretrizes que este professor necessita de uma formação mais ampla que uma graduação, pois a demanda de um educando surdocego é ainda maior que outro estudante com apenas uma limitação sensorial.

No portal do MEC, na publicação “Saberes e práticas da inclusão”, na parte IV – “Modalidades educacionais” no item 4.4 fala sobre “Sala de recurso” (nomenclatura correspondente para o que em Santa Catarina utiliza-se o Atendimento Educacional Especializado - AEE):

É uma das formas de serviço de apoio pedagógico especializado presentes na unidade escolar, para alunos com necessidades educacionais especiais. Constitui-se em um espaço educacional integrado aos demais ambientes da escola. Destinasse a complementar ou suplementar as atividades escolares das crianças com necessidades educacionais especiais matriculadas em classes regulares de ensino da escola. Essa sala deve ser atribuída ao professor especializado em surdocegueira e/ou múltipla deficiência sensorial. (BRASIL, 2021, p. 53).

Logo abaixo ele descreve o objetivo deste atendimento:

- Proporcionar às crianças surdocegas experiências que as auxiliem a desenvolver seu processo educacional, visando a uma inclusão responsável.
- Oferecer o apoio pedagógico para auxiliar o professor de sala de ensino regular, visando a um desempenho adequado da criança surdocega (BRASIL, 2021, p. 53).

Dando seguimento, o MEC, em sua diretriz escreve as atribuições do professor da sala de recurso:

- Planejar, criar, experimentar situações que favoreçam o desenvolvimento afetivo, cognitivo, social, motor e a comunicação das crianças surdocegas.
- Favorecer experiências sensoriais e perceptivas (auditivas, olfativas, gustativas, visuais e cinestésicas) em atividades funcionais como, por exemplo, preparar o suco para a hora do lanche.
- Orientar a locomoção independente no ambiente escolar.
- Promover situações que favoreçam o ajustamento pessoal e social.
- Iniciar noções básicas do código braile ou em tipo ampliado em alto relevo, quando a criança surdocega estiver apta para essa atividade.

- Organizar os materiais utilizados na comunicação não verbal, ajustados às necessidades individuais de cada criança como, por exemplo, organizar os calendários de atividades com os objetos de referência.
- Trabalhar com as atividades de vida diária em situações funcionais, como, por exemplo, lavar as mãos antes de tomar lanche, escovar os dentes depois do lanche.
- Adaptar material em relevo.
- Desempenhar o papel de guia-intérprete, favorecendo a autonomia da criança surdocega.
- Orientar os pais e a comunidade sobre o desenvolvimento da comunicação da criança surdocega.
- Participar da elaboração da proposta pedagógica da escola
- Elaborar plano de trabalho em conjunto com o professor da sala regular de ensino.
- Orientar a equipe escolar quanto à estratégia de inclusão das crianças surdocegas em classe comum. (BRASIL, 2021, p. 53, 54)

A parte V das diretrizes tem o título: “Necessidades Iniciais Da Criança Surdocega”, que possui o item 5.2 “Identificação do professor”, porém antes deste tópico começa detalhando sobre a aproximação do professor com seu educando:

[...] é necessário fazer com que a criança sintam-se à vontade, segura, e autorize o professor a ficar perto dela, demonstrando que gosta da sua presença. A ligação afetiva entre a criança e o professor, o prazer de estar perto, o querer estar perto, o cuidar, o aprender e o ensinar são os primeiros pilares para que o objetivo educacional seja alcançado. (NASCIMENTO, 2006, P. 59)

O vínculo afetivo é o primeiro item que o professor terá que se preocupar ao aceitar o desafio de trabalhar com um educando surdocego, sendo que este item tão relevante não está incluso na formação continuada deste profissional. Este profissional precisa ter claro o quanto o vínculo é fundamental para trabalhar com o educando surdocego. Quando se assume a responsabilidade de aceitar a vaga de um AEE Surdocegueira, é necessário que todos os envolvidos na gestão desta Instituição tenham a clareza do grau de responsabilidade que este profissional irá assumir, podendo abrir ou fechar portas do conhecimento, que provavelmente farão uma diferença significativa na vida deste educando, seja no âmbito familiar, educacional ou social.

Este vínculo inicia na forma como este profissional irá se apresentar ao educando, no item 5.2 tem a “Identificação do professor”:

Para ajudar a criança a identificar e reconhecer o professor, é importante que ele sempre utilize o mesmo indicativo, por exemplo: comprimento do cabelo, algum adereço (colar, brinco, pulseira, tiara). [...] Agindo assim, você estará proporcionando a criança o seu reconhecimento, partindo de uma característica corporal pessoal. Sua identificação deve ser a única da instituição. Cada pessoa que se aproximar da criança deverá criar sua própria identificação, seja mediante o uso de pulseiras, brinco, colar, cabelo sempre preso, seja por uma marca no corpo (cicatriz, pinta). Enquanto as crianças ouvintes irão aprender os nomes das crianças

e o surdo aprende a identificar os colegas por algum sinal ou gesto visual, a surdocega irá identificar o outro pelo toque. (NASCIMENTO, 2006, p. 60 e 61)

4.2 CURRÍCULOS DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO DE PEDAGOGIA NAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS NA GRANDE FLORIANÓPOLIS – SANTA CATARINA

O foco deste ponto de reflexão serão as seguintes Universidades: Universidade Federal de Santa Catarina, Universidade do Estado de Santa Catarina e Instituto Federal de Santa Catarina.

4.2.1 Currículo da Universidade Federal de Santa Catarina- UFSC

Ao pesquisar o site da Universidade Federal de Santa Catarina- UFSC, é possível investigar o currículo que o estudante de graduação de Pedagogia que pretende seguir a carreira de professor de educação especial, irá estudar. No Quadro 01 apresentam-se somente as disciplinas voltadas à educação especial, mas também estarão incluídas as disciplinas optativas, e nessas constarão também disciplinas do Núcleo de Aprofundamento de Estudos (NADE):

Curso: Pedagogia

Currículo: 20091

Portaria 225/PROGRAD/2022

QUADRO 02 - Grade Curricular UFSC

DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA	MODALIDADE
Educação Especial I: Políticas e práticas Pedagógicas	54 h/aula	Obrigatória
Educação Especial II: Conceitos, Concepções e Sujeitos	72 h/aula	Obrigatória
Língua Brasileira de Sinais- I	72 h/aula	Obrigatória/Optativa
Percepção Corpo Cegueira	72 h/aula	Optativa
Educação de Surdos I	72 h/aula	Optativa
Fundamentos de Língua de Sinais Brasileira II	72 h/aula	Optativa
Educação Especial na Educação Básica	72 h/aula	Optativa

Fonte: <https://cagr.sistemas.ufsc.br/relatorios/curriculoCurso?curso=308>

Neste quadro encontram-se as disciplinas ofertadas pela Universidade Federal de Santa Catarina, as disciplinas obrigatórias contemplam a história, conceituam a educação especial e o seu sujeito. Caso o estudante do curso não queira fazer as disciplinas optativas, terá uma noção um pouco superficial, sobre quem é este sujeito, suas características, limitações e possibilidades. As disciplinas optativas abordam mais o assunto sobre a Surdez e a Libras, incluindo noções sobre a cegueira. Observa-se que não existe uma abordagem sobre a Surdocegueira, faz-se esta ressalva pelo fato de que as outras deficiências tem o sentido da visão ou audição e o Surdocego é privado total ou apresenta prejuízo total em um sentido e deficiência parcial no outro sentido, portanto deveria haver uma preocupação maior em preparar os futuros profissionais da educação para trabalhar com este estudante/educando.

4.2.2 Currículo da Universidade Federal do Estado de Santa Catarina- UDESC

No site da Universidade do Estado de Santa Catarina a UDESC, as propostas do curso de Pedagogia em relação a disciplinas em educação especial são as seguintes:

Curso: PED - Graduação em Pedagogia Grade curricular:

PED-171 - Pedagogia - 2017/1

QUADRO 03 - Grade Curricular UDESC

DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA	MODALIDADE
Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva	72 h/aula	Obrigatória
Libras	54 h/aula	Obrigatória
Tópicos Especiais em Pedagogia- Estudos da deficiência e suas intersecções	72 h/aula	Obrigatória

Fonte: https://www.udesc.br/arquivos/cead/id_cpmenu/3320/Licenciatura_em_PEDAGOGIA_16457976954485_3320.pdf

No quadro de disciplinas da UDESC são apresentadas apenas três disciplinas direcionadas a educação especial, entre elas apenas 54hs aula para a Libras e as outras duas disciplinas, abordam a educação inclusiva e as deficiências. A oferta é bem limitada e possivelmente o estudante formado nesta Universidade, enfrentará muitos desafios em sala de aula, caso tenha um educando surdocego.

4.2.3 Currículo do Instituto Federal do Estado de Santa Catarina- IFSC

E por último o Portal do Instituto Federal de Santa Catarina - IFSC oferece dois cursos: Educação Profissional e Tecnologia (complementação pedagógica) curso à distância no pólo da cidade de São José, também disponibiliza o curso Pedagogia Bilíngue (Libras/Português).

O primeiro curso tem a seguinte proposta:

Este curso trata-se de uma licenciatura para complementação pedagógica e é destinado a quem já tem ensino superior (bacharelado ou superior de tecnologia). O curso é ofertado na modalidade a distância, em polos da Universidade Aberta do Brasil (UAB). O objetivo é ofertar formação pedagógica para graduados não licenciados para que possam exercer o magistério da educação profissional em todos os seus níveis e modalidades, compreendendo articulação entre estudos teórico-práticos, investigação e reflexão crítica. (IFSC, s.d, s.p.)

O segundo curso oferecido propõe que:

O pedagogo formado neste curso terá competência para exercer a docência na perspectiva bilíngue Libras/Português, de modo a reconhecer a Língua Brasileira de Sinais, a cultura surda, e a epistemologia visual como elementos de constituição e ação social dos surdos. Durante o curso, o aluno compreenderá o contexto histórico, sociocultural e científico dos processos de formação humana, de produção do conhecimento e de organização do trabalho pedagógico, na perspectiva de uma educação crítica, que contribua para a transformação social. Além disso, também dominará os conteúdos das diferentes áreas de conhecimento que lhe cabem ensinar e suas respectivas didáticas e metodologias de maneira a poder conceber, planejar e administrar situações de ensino e aprendizagem. (IFSC, 2018, s. p.)

É importante citar que o site do IFSC apresentou problemas, mesmo com várias tentativas em dias alternados, impossibilitando a visualização da proposta curricular dos cursos citados acima.

Porém o curso é todo voltado para a educação de surdos, a língua e suas especificidades, o estudante deste curso terá condições de assumir uma sala de aula e trabalhar com educando surdo com adaptações curriculares pertinentes as suas especificidades, porém esta graduação não contempla nenhuma disciplina para que o futuro professor trabalhe com um sujeito surdocego.

Pode-se observar que, de acordo com os dados citados, o professor graduado em Pedagogia nestas Instituições não apresenta um currículo mínimo que lhe ofereça suporte para assumir em sala de aula um educando com diagnóstico de deficiência. Este profissional terá

que buscar em outras Instituições especializadas uma formação continuada para ingressar nesta jornada de educador de educação especial.

Conforme se observou nos quadros dos currículos, conclui-se que as Instituições públicas de Florianópolis, não estão ofertando disciplinas que abordem a maioria das deficiências dos educandos matriculados na rede regular de ensino e frequentando os atendimentos especializados. A única disciplina comum obrigatória nas duas Instituições, UFSC e na UDESC é a Libras. Porém esta única disciplina é insuficiente para dar um suporte ao professor seja na área da surdez ou da surdocegueira. Além do mais, observou-se apenas uma disciplina optativa relativa a área da Cegueira, ofertada pela Universidade Federal, o que também não é suficiente para que se tenha conhecimento nesta área.

Vale ressaltar que a Surdocegueira é bem mais complexa, portanto este professor terá que ir a busca de uma formação que lhe ofereça condições mínimas para desenvolver um trabalho que vá ao encontro das necessidades deste educando.

Obviamente esta pesquisa não teve a intenção de investigar as Instituições particulares, logo, nestas pode-se encontrar uma graduação voltada para a educação especial, dando um suporte básico, mínimo, para que este professor consiga planejar sua aula.

O raciocínio continua quando vimos que as formações existem e o assunto é extenso, pois o educando é o beneficiado ou o prejudicado na maioria das vezes. E por mais que as formações existam, ainda assim, é necessário pensar na sua qualidade e no tempo/horas dessa formação continuada. Segundo Gomes (2012, p. 40), nos diz:

Tecnicamente, não se pode dar um parecer seguro sobre o quanto um curso de formação com carga horária de 120 horas é garantia de determinado conhecimento, principalmente se este é esporádico no tema e no sujeito. No que se refere a educação especial, as discussões no coletivo da escola precisam ter constância, pois sentimos o quanto é difícil mudar os hábitos, conceitos ou preconceitos formados pela maioria dos professores (GOMES, 2012, 39-40).

Limitar em horas aula de curso, estabelecer um limite mínimo ou máximo para que se tenha um conhecimento suficiente para desenvolver um bom trabalho com o educando surdocego, é tecnicamente impossível. Atualmente, buscam-se fontes de pesquisa na internet, onde os profissionais encontrarão vários acessos a informação, na qual foi selecionada a seguinte colocação a respeito do tema que está sendo debatido:

A formação continuada de professores é fundamental para ajudar os docentes a evoluírem as suas práticas pedagógicas e fornecerem o apoio necessário aos estudantes na construção do conhecimento. Essa questão vem sendo, inclusive, considerada como chave nas políticas públicas para a educação. Trata-se de um

processo que deve ser permanente e constante, realizado após a formação inicial dos educadores, de modo a garantir um ensino de qualidade aos alunos. Mais do que fatos e atualidades, a formação continuada de professores deve abranger práticas pedagógicas e novas tecnologias e tendências educacionais. É importante lembrar que, apesar do amplo acesso à informação que os estudantes têm por meio da internet e dos livros, as instituições de ensino continuam sendo a sua principal fonte de aprendizado e desenvolvimento profissional. (SARAIVA, 2021, s.p.)

Como sabemos cada indivíduo é único, e como este profissional se apropria dos conteúdos ministrados nos cursos de formação continuada é muito próprio de cada profissional. Mas é possível e necessário orientar e estipular um mínimo que seria de 120 a 200 horas de curso sobre as deficiências em geral, e outras horas voltadas para deficiências específicas. Pode-se pensar em uma capacitação específica de comunicação alternativa, Libras, Braille e incluído a elaboração e confecção de materiais.

4.3 PROPOSTA DE FORMAÇÃO PARA O PROFISSIONAL QUE ATUA NO AEE SURDOCEGUEIRA NA FCEE

4.3.1 Competências estabelecidas pela SED

No item 4.2 deste trabalho pode-se analisar o currículo das três Instituições públicas de Florianópolis e suas ofertas de disciplinas para a formação de professores da educação, e que possivelmente poderão atuar na educação especial. Agora passaremos a ver o que a Secretaria de Educação do Estado estabelece como competências.

Nas Diretrizes para o Atendimento Educacional Especializado (AEE) na Rede Regular de Ensino de Santa Catarina, publicadas no site da FCEE, encontram-se orientações para os seguintes atendimentos especializados: educandos com deficiências intelectuais (DI), educandos com deficiência visual (DV), educandos com surdez ou deficiência auditiva (DA), alunos com deficiência física (DF), educandos com surdocegueira, educandos com transtorno do espectro autista (TEA), educandos com o transtorno de déficit de atenção/hiperatividade (TDAH) e ainda, educandos com altas habilidades/superdotação (AH/SD). Com base nesta publicação do público que se encontra incluído no ensino regular e frequentando o AEE das escolas, pode-se perceber que é necessário ser oferecido pelas Instituições citadas no item acima, mais abrangência nos seus cursos de formação acadêmica.

Atualmente o professor que pretende trabalhar na área da educação especial, segundo o site da Secretaria de Estado da Educação- SED em sua publicação de 2006, na modalidade de ensino, ela possibilita as seguintes vagas aos professores:

- Professor de Educação Especial – Disponibilizado nas turmas, com matrícula e frequência de estudantes com diagnóstico de Deficiência Intelectual, Deficiência Física, Deficiência Visual, Transtorno do Espectro Autista ou Deficiência Múltipla que apresentem limitações no desempenho de atividades nas áreas de aprendizagem e aplicação do conhecimento, execução de tarefas e exigências gerais, comunicação, interações e relacionamentos interpessoais, estando estas associadas ou não com limitações no desempenho de atividades nas áreas de autocuidado e mobilidade, e que restringem, de forma significativa, sua participação no contexto escolar, mediante emissão de parecer pela Fundação Catarinense de Educação Especial/FCEE.
- Professor Bilíngue - disponibilizado aos estudantes com surdez, usuários da Libras, que ainda não possuem fluência na sua língua materna;
- Intérprete da Libras – disponibilizado aos estudantes com surdez usuários da Libras como primeira língua, que já possuem fluência;
- Professor de Libras - disponibilizado para atender os estudantes com surdez no Atendimento Educacional Especializado, no contra turno escolar e para realizar cursos de formação em Libras para toda a comunidade escolar;
- Guia Intérprete - disponibilizado para estudantes com surdocegueira, usuários e com fluência na Libras (nas diferentes modalidades);
- Professor Bilíngue para Escola e/ou Turmas Bilíngues exclusivas para Surdos – disponibilizado para as Escolas Bilíngues e/ou Turmas Bilíngues para surdos, em escolas de Educação Básica;
- Orientador de Convivência Bilíngue – disponibilizado para as Escolas Bilíngues para surdos e/ou Turmas Bilíngues exclusivas para surdos, em escolas de Educação Básica;
- Profissional de Apoio Escolar - disponibilizado para atuar junto aos estudantes com Deficiência Física, Deficiência Múltipla ou Transtorno do Espectro Autista que apresentem limitações no desempenho de atividades nas áreas de autocuidado e mobilidade, que não necessitem da atuação do Professor de Educação Especial;
- Atendimento Educacional Especializado (AEE), disponibilizado na rede regular de ensino, no contra turno, com o objetivo de complementar ou suplementar o processo de aprendizagem dos estudantes público da educação especial, não se configurando como ensino substitutivo nem como reforço escolar;
- Escola Bilíngue para surdos/Turma Bilíngue para surdos: opção disponibilizada exclusivamente aos estudantes surdos, matriculados nas escolas de Educação Básica.

Dando sequência, o professor para conseguir vaga nestas modalidades acima citadas, necessita se cadastrar no site do “Gov.br” ir para “ocupação de vagas” preencher seus dados para que depois consiga fazer a inscrição na modalidade de sua preferência. Em conversa com colegas da área que ocupam algumas destas vagas com contratos temporários, tive relatos de que é muito difícil saber as especificidades da demanda de cada educando, seus diagnósticos e necessidades, antes de assumir tal função, tendo estas informações somente, mas nem sempre, depois de escolher a vaga de trabalho e da chegada na escola. O mesmo ocorre ao profissional que seleciona a vaga de professor de AEE, sendo que muitas vezes é praticamente impossível, antes de escolher uma vaga, mapear as escolas que oferecem este serviço e obter informações sobre os educandos que frequentam este atendimento.

No caderno da Política de Educação Especial do Estado de SC, no item 7.4.2.1, orienta o que compete ao professor que escolher a vaga de AEE:

7.4.2 COMPETE AO PROFESSOR DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO

7.4.2.1 No Atendimento ao(s) Estudante(s)

- a) Realizar avaliação inicial do estudante para planejamento do atendimento. Esta avaliação deve identificar o nível de desenvolvimento real do estudante, quanto à estrutura da percepção, atenção, pensamento e linguagem. Identificar ainda os recursos de acessibilidade utilizados pelo estudante, bem como as competências para a realização das atividades de vida prática escolar;
- b) elaborar e executar planejamento de atividades, conforme as especificidades dos estudantes;
- c) elaborar relatório pedagógico descritivo do desenvolvimento de cada estudante;
- d) realizar avaliação processual para analisar o desenvolvimento do estudante e revisão do planejamento;
- e) organizar os agrupamentos por área de deficiência, Transtorno do Espectro Autista (TEA), Transtorno do Déficit de Atenção/Hiperatividade (TDAH) ou altas habilidades, considerando a necessidade de metodologias diferenciadas para o atendimento de cada uma destas áreas;
- f) avaliar e decidir, em articulação com equipe técnico-pedagógica da escola, o desligamento do(s) estudante(s) deste serviço.

Mas o trabalho deste professor vai além da sala de AEE, sua responsabilidade é maior, pois terá que fazer assessorias e orientações aos professores de sala de aula em que o educando/a está inserido/a, seja na escola em que atua ou na instituição em que o mesmo está matriculado. Isso porque, nem toda escola possui sua sala de AEE, portanto a escola que tem este espaço recebe educandos de outras escolas para que o atendimento em sua unidade escolar. E o que este professor fará nesta assessoria e orientação ainda no caderno da Política da Educação Especial dizem que:

7.4.2.2 Nas Assessorias e Orientações

- a) Promover, sistematicamente, junto à equipe gestora e docente da unidade escolar, repasses técnicos referentes ao atendimento;
- b) realizar assessorias sistemáticas na escola em que o estudante do Atendimento Educacional Especializado (AEE) está matriculado, registrando as questões elencadas, as orientações e os encaminhamentos realizados durante a assessoria;
- c) orientar e subsidiar, quando solicitado, a equipe gestora e docente da unidade escolar onde está implantado o AEE, a respeito dos estudantes considerados da Educação Especial, matriculados na escola, mas que não são atendidos por este serviço;
- d) registrar por escrito as orientações realizadas durante a assessoria deixando uma cópia com a escola e outra no arquivo do estudante no AEE;
- e) realizar reuniões com as famílias, com o objetivo de informar sobre a finalidade do atendimento e orientar sobre a importância da participação da família neste trabalho, realizando registros escritos das orientações realizadas, com a assinatura de todos os envolvidos;
- f) participar de reuniões e conselhos de classes na unidade escolar onde o estudante está matriculado;
- g) participar da elaboração do Projeto Político-Pedagógico (PPP);

- h) participar de reuniões com o profissional responsável pela Educação Especial da Gerência Regional de Educação (GERED), para estudo e orientação técnica referente ao trabalho realizado no AEE;
- i) orientar o professor da classe regular quanto às adequações curriculares no contexto da metodologia e avaliação. (SANTA CATARINA, 2009)

4.3.2 Trajetória de formação da autora na área da educação especial

Neste item serão discutidos quais cursos de formação continuada serão mais indicados a serem realizados pelos professores, além da graduação de Pedagogia em Educação Especial. A base do Currículo se que se pretende alcançar, cuja trilha de formação para validar a proposta, terá como parâmetros a jornada de formação da autora deste trabalho, começando pela sua graduação, cursos de pós-graduação e cursos de formação continuada.

O início da formação da autora teve como base o curso Normal, sendo realizado na Escola Normal de Brasília. Porém, pesquisando na internet foi encontrada no site da Secretaria de Educação do Governo do Rio Grande do Sul, a definição do curso:

Curso Normal é uma modalidade de formação voltada para a preparação de profissionais da educação, especificamente para atuar como professores da Educação Infantil e dos anos iniciais do Ensino Fundamental. É uma formação destinada a habilitar pedagogos para a docência em escolas de Educação Básica. O Curso Normal tem como foco o desenvolvimento de competências e habilidades pedagógicas, oferecendo uma base sólida em teorias da educação, metodologias de ensino, psicologia educacional, gestão escolar, entre outros aspectos relacionados à prática docente.

Após esta etapa, veio a graduação em Licenciatura Plena em Pedagogia Séries Iniciais - Educação Especial pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Segue algumas disciplinas estudadas: Conhecimento e Educação; Fundamentos Históricos – Sociológicos-Filosóficos da Educação; Desenvolvimento e Aprendizagem; Fundamentos Psicológicos I e II da Educação; Fundamentos da Educação Especial; Metodologia de Ensino: Área Visual- Transtornos Comportamentais- Área Auditiva- Área Mental.

Atualmente a Universidade tem outra proposta de grade curricular de acordo com as demandas da nossa sociedade, sendo que o currículo do curso ofertado nos dias de hoje está acessível no site.

Para a autora deste trabalho, ao término da sua formação inicial, veio o concurso público em que se deu o ingresso a carreira de professorado AEE, em 2002. Na época a nomenclatura utilizada era Sala de Atendimento Educacional Especializado- SAEDE. A Instituição do vínculo foi a Escola de Educação Básica José Brasilício, em que o SAEDE era

para educandos DV e DA, possibilitando assim o trabalho com público com deficiência visual e auditiva, contribuindo para a carga e experiência que possui hoje.

Porém ao assumir a vaga de trabalho, como a maioria que está recém-formada, não havia conhecimento para atuar no AEE, reforçando que a graduação não é suficiente para se desenvolver um trabalho que vá ao encontro das necessidades dos educandos, a partir deste momento, se deu uma longa jornada de estudos com formações complementares que continua até os dias atuais.

A primeira Pós-graduação foi o Curso de Especialização em Educação de Surdos: Aspectos Políticos, Culturais e Pedagógicos- Lato Sensu pelo Centro Federal de Educação Tecnológica de Santa Catarina, atual Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina. A segunda Pós-graduação “Lato Sensu” foi Especialização em Neuropsicopedagogia e Educação Especial Inclusiva pela Faculdade Porto das Águas.

Os cursos de formação continuada foram acontecendo simultaneamente. Abaixo será colocada uma lista dos cursos efetuados e sua carga horária:

- Curso Introdutório na Área da deficiência Auditiva- Surdez (40h)
- Curso de preparação para Professores na Área da Surdez-Libras (32h)
- Cursos de Língua portuguesa como Segunda Língua para Surdos (120h)
- Curso: Aquisição de linguagem por crianças surdas (20h)
- Cursos de Libras (320h)
- Curso: Intérprete educacional: interpretar ou ensinar- LSB/LP (60h)
- Cursos Braille Padrão (160h)
- Curso na Simbologia da Matemática Braille (32h)
- Curso: Simbologia Braille em Química e Física (40h)
- Curso de Adaptação em relevo (80h)
- Curso de Alfabetização para Educandos Cegos (40h)
- Curso em Baixa Visão (40h)
- Curso de Ledor e Transcritor (20h)
- Curso Sistema Braille Normas e Grafia- 4ª Edição (40h)
- Curso de Formação Continuada sobre Práticas Pedagógicas das Séries Iniciais (56h)
- Cursos sobre Inclusão (88h)
- Curso: Educação Especial: autismo infantil e a inclusão, um desafio para o educador (240h)
- Curso: Transtorno do Espectro Autista e Práticas de Ensino- 3ª edição (20h)
- Curso de Formação Continuada: Comunicação Aumentativa e Alternativa (80h)

Foram anos de estudos vinculados à prática de sala de aula com educandos apresentando algum diagnóstico de deficiência sensorial. No item 2.2 deste trabalho houve a preocupação de se colocar algumas instituições que oferecem cursos presenciais e online.

4.3.3 Proposta de um currículo básico de formação para o profissional do AEE Surdocegueira

Neste item escreve-se a estrutura curricular inicial com as disciplinas indicadas como um norteador da carreira do profissional que atuar no AEE Surdocegueira.

Caberá ao ocupante da vaga buscar estes cursos sejam em Instituições Públicas ou Privadas.

A FCEE, por exemplo, possui Centros de Atendimento que oferecem cursos, e o próprio MEC, em seu site, disponibiliza periodicamente formação continuada. Cabe ao professor também pesquisar em sites como do INES ou no Instituto Benjamin Constant e Grupo Brasil. É necessário que se entenda que quanto mais domínio desses conhecimentos que serão indicados, maior a probabilidade de enfrentar com maestria os desafios e a complexidade de se trabalhar com este educando.

Saber o que ensinar a este educando, reconhecer os seus interesses, sua singularidade, sua história cultural e familiar, é requisitos básicos. Logo, estes cursos sugeridos apresentam uma carga horária que possibilita ao profissional ter uma base sobre os conteúdos necessários, com as teorias e práticas, para que se construa o conhecimento e as competências para desenvolver um bom trabalho com o educando surdocego.

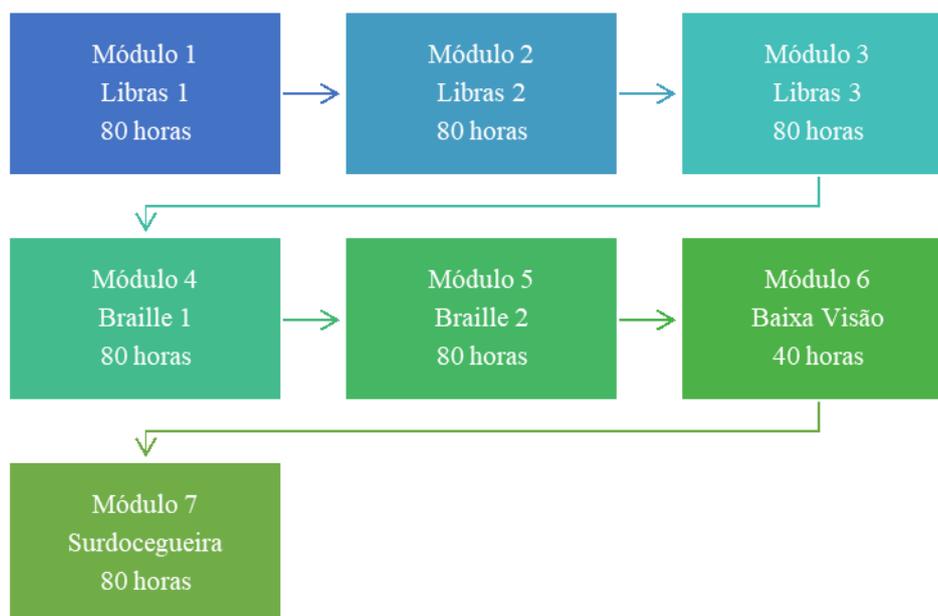
O profissional que ocupar a vaga do AEE Surdocegueira deve ter claro que este Currículo Básico, aqui proposto, é apenas um norteador do perfil de conhecimentos iniciais para iniciar sua jornada profissional com o educando surdocego.

A intenção deste Currículo é fornecer aos gestores da FCEE e do CAS uma proposta de cursos e conteúdos que devem fazer parte da formação do profissional que assumir o AEE Surdocegueira.

Os cursos escritos seguem uma sequência e estão dispostos em áreas: primeiro temos a Libras que se divide em 3 módulos, visto que as disciplinas estão em uma ordem de aprendizado do básico para o aprofundado; a próxima área é o Braille, que segue este mesmo modelo, e está dividido em 2 módulos; na sequência vem a Baixa Visão e a Surdocegueira,

cada um com seu módulo específico. A sugestão para quem irá cursar as disciplinas, é que realize de acordo com a numeração dos módulos, pois o grau de complexidade aumenta a cada módulo.

QUADRO 04 – Sugestão de formação complementar básica para professores do AEE Surdocegueira



Fonte: Autora

Na sequência desse trabalho se detalha o programa de cada um dos 7 módulos indicados como básicos para a formação do profissional. Nesse detalhamento se aborda com mais especificidades os conteúdos mínimos sugeridos. O tempo total sugerido para a formação é de 2 semestres.

MÓDULO 1 (80 h) - LIBRAS 1:

História do Surdo no mundo e no Brasil. Cultura surda e cidadania brasileira. Educação de surdos: aspectos institucionais. Linguagem, língua e desenvolvimento do processo cognitivo. Aquisição da língua de sinais: importância (conceitos). Legislação e políticas da educação do surdo. Estruturação frasal. Gramática da língua de sinais. Expressão facial e corporal. Escolarização do educando surdo. Relacionamento familiar, pais ouvintes/filhos surdos. O surdo e sua comunicação. Pensamento e linguagem. Brincadeiras em língua de sinais e dinâmicas de grupos. Leitura e produção de textos: perspectiva no

ensino de português como segunda língua para surdos. Alfabeto manual. Numerais. Cores. Animais. Frutas, alimento e bebidas. Locais Públicos. Natureza.

MÓDULO 2 (80 h) - LIBRAS 2:

Aplicações da teoria linguística ao ensino de línguas. Projetos educacionais para o ensino de português para surdos. Concepções de leitura e sua influência no processo ensino-aprendizagem do educando surdo. Vídeos na área da surdez. Requisitos para a produção de escrita. O ensino do português como segunda língua. Construção inicial da escrita por educandos surdos. Produção de escrita por educandos surdos. Análise de produções de leitura e escrita. O papel da língua de sinais na leitura e na escrita de educandos surdos. O Planejamento como prática pedagógica. Os parâmetros da língua de sinais: introdução a gramática básica. Pronomes pessoais e possessivos de gênero (masculino e feminino). Sentenças na Libras. Advérbios de tempo. Vestuários, acessórios e calçados. Classificadores e descrição imagética. Advérbios. Pronomes. Profissões e ambientes de trabalho. Meios de transporte. Estados e capitais do Brasil. Gêneros textuais em Libras (diálogo, narrativa, poesia).

MÓDULO 3 (80 h) - LIBRAS 3:

Indicação de requisitos para uma leitura compreensiva. Compreensão de leitura por educandos surdos. O trabalho do professor na Sala do AEE. O trabalho pedagógico do professor em sala de aula. Aspectos da visualidade na educação dos surdos. Construção de planejamento. Adaptação curricular. Construção de relatório pedagógico. Metáforas. Grau comparativo. Transações bancárias e comerciais. Gírias da comunidade surda. Escrita de sinais SignWriting. Gramática. Soletração. Uso do espaço. Vocabulário. Conversação em Libras. Teatro em Libras.

MÓDULO 4 (80 h) Braille 1:

Concepção teórica da Proposta Curricular de Santa Catarina. Concepção de aprendizagem histórico-cultural. História e ensino do Braille. Desenvolvimento dos esquemas sensoriais motores. Apresentação dos materiais: reglete, punção, borracha e máquina Braille Perkins. Desenvolvimento de 63 Símbolos simples e 14 Compostos. Pré Braille. Alfabeto Braille. Estética e disposição de textos. Ortografia. Representação de número. Numerais em Braille. Orientações sobre transcrições em Braille. Treinamento com reglete. Treinamento com a máquina Braille. Palavras e frases. Números naturais. Conjuntos. Adição de números

naturais. Subtração de números naturais. Divisão de números naturais. Expressões numéricas. Potenciação e radiciação de números naturais. Sistema Métrico Decimal. Medidas de volume. Medidas de capacidade. Noções gerais de símbolos matemáticos.

MÓDULO 5 (80 h) Braille 2:

Introdução à geometria. Potenciação e radiciação de números naturais. Frações. Unidade monetária. Numerais arábicos, ordinais, decimais e romanos. Noções de números aritméticos. Transcrição de textos. Transcrição com símbolos químicos. Transcrição com a reglete. Utilização da máquina para fazer desenhos, tabelas e molduras. Adaptação em relevo, confecção de materiais em relevo. Adaptação de textos em tinta. Prática de transcrição. Adaptação curricular. Construção de relatório pedagógico.

MÓDULO 6 (40 h) Baixa Visão:

Estrutura e funcionamento do globo ocular. Grupo de defeitos visuais. Recursos ópticos e não ópticos. Adaptação de recursos ópticos e ajudas eletrônicas. Planejamento das atividades pedagógicas. Interpretação de relatório das avaliações oftalmológicas. Programa de desenvolvimento da eficiência visual. Avaliação funcional da visão. Programa de estimulação visual. Exercícios para destreza no uso de recursos ópticos. Prática de interpretação de relatórios. Serviço de reabilitação visual.

MÓDULO 7 (80 h) Surdocegueira:

História do ensino da Surdocegueira. Conceito, classificação e causas da Surdocegueira. Tipos de Surdocegueira. O papel da família, da escola e da sociedade no desenvolvimento da pessoa surdocega. A comunicação com a pessoa surdocega: Tipos de comunicação (objetos simbólicos, Libras: Alfabeto digital, Libras em campo reduzido e Libras tátil. Escrita e leitura Braille, Desenhos simbólicos, Leitura oro facial, Tadoma, Escrita ampliada) Surdocego Pré-linguístico e Pós-linguístico. O ensino especializado para o surdocego. Deficiência múltipla sensorial e deficiência múltipla. Orientação e mobilidade. Adaptação curricular. Construção de relatório pedagógico.

4.3.4 Validação da proposta com as profissionais de ensino da FCEE

Neste item serão descritas as “falas”, sobre o currículo, em que algumas foram ao encontro da proposta do trabalho adicionando sugestões, e outras subtraíram títulos que acreditaram não ser relevantes. A entrevista se deu no próprio centro de trabalho das entrevistadas, o CAS, sendo um momento de trocas, cujo facilitador foi que todas já haviam lido a proposta da autora.

Ao final deste item será escrito um novo currículo adequado as sugestões dadas pelas entrevistadas com temas incluídos ou excluídos, resultando em uma proposta viável na concepção do grupo, para o profissional que irá assumir o AEE Surdocegueira. Elaboraram-se perguntas para nortear a entrevista que se tornou uma conversa tranquila, com trocas muito significativas, com indicações sobre o tempo de cada módulo, temas que são importantes na visão das entrevistadas, profissionais que atuam há alguns anos na área da educação especial, com especialização na área da surdez, este detalhe gerou uma segurança e conforto na autora, para fazer as modificações indicadas pelo grupo.

Serão transcritas algumas falas das participantes indicando as mudanças que acreditam serem viáveis para que o currículo se torne mais adequado com conteúdos possíveis de serem estudados. Como fechamento deste assunto, será escrito a nova versão dos módulos e seus conteúdos, aonde os profissionais que venham a assumir o AEE Surdocegueira tenham um currículo básico de formação a ser seguido, com a intenção de dar uma boa base para o desenvolvimento do trabalho, sendo que não será necessário fazer os temas que já possuem em seu currículo. As participantes não são nomeadas, apenas identificadas por: Entrevistada 1, Entrevistada 2, Entrevistada 3, Entrevistada 4 e Entrevistada 5.

O tópico a ser discutido é sobre a importância e funcionalidade deste currículo, onde as entrevistadas colocaram seus pontos de vista. Acreditam que a faculdade não prepara, pois o currículo da graduação não aborda temas específicos.

Entrevistada 5- Conhecimento, sim, que vai ser útil, vai, claro, com certeza. Eu já chego sabendo sobre, né? Mas para atuar não, ele não chega pronto para atuar, então precisa de toda uma formação que a faculdade não dá.

Entrevistada 2-A faculdade deixa muito a desejar, o currículo deles de matérias, tem que estudar mais. Sim, falta mais horas de cursos específicos na área que você for escolher.

Entrevistada 3- Porque não adianta ele saber só Libras se não sabem a didática, não é? Talvez tenha que ter uma coisa nesse sentido. E ainda um curso de criação de material adaptado, porque tu cria muito material adaptado e os professores ingressam sem saber o que criar.

Neste outro trecho se refere a carga horária. As contribuições são bem pontuadas e significativas, tendo a preocupação do tempo em que o profissional terá para se apropriar dos conteúdos com a carga horária de cada módulo, de acordo com as necessidades percebidas pelas entrevistadas. Tal situação pode ser verificada nos seguintes trechos extraídos da entrevista:

“Entrevistada 3- Essa é uma análise superficial, teria que dar uma olhada, talvez até um pouco mais detalhada. Aí eu passaria de 80 para 60 horas. O segundo e terceiro módulo também. O pouco que eu conheço do Braille e do que eu fiz na educação especial, eu também mudaria de 80 para 60 horas cada módulo, porque 80 horas de conteúdo é muita coisa.”

“Entrevistada 2- O Braille, ele é extenso por causa da prática, necessita continuar às 80hs.”

“Entrevistada 3- Eu participo da elaboração dos cursos aqui na do CAS. Então, analisando os conteúdos de cada um dos módulos, me pareceu uma carga horária muito grande. Mas principalmente do módulo da Libras. Assim, analisando essa parte inicial aqui do módulo 1.”

“Entrevistada 5- É o conteúdo da Libras é possível dar em menos horas.”

A seguir serão escritas as argumentações das entrevistadas sobre as contribuições de Temas a serem excluídos e quais incluir. Também sobre o tempo que este profissional terá para concluir as indicações feitas pela autora:

Entrevistada 4- Eu fiz a várias anotações e eu espero que seja para colaborar, não entenda nada errado nisso, mas uma que eu já perguntei.

Entrevistada 3- Se eu for tirar o, se eu for tirar esse profissional 3 meses e uma semana em 1 ano de trabalho, um profissional que talvez nem seja um profissional efetivo e botar ele para estudar é 3 meses que o aluno fica sem.

Entrevistada 4- Porque também na época dela, onde o estado fornecia esses cursos? Hoje o estado não fornece mais os cursos, como fornecia antigamente. Então, na soma do currículo dela, dá 3 meses e uma semana de curso.

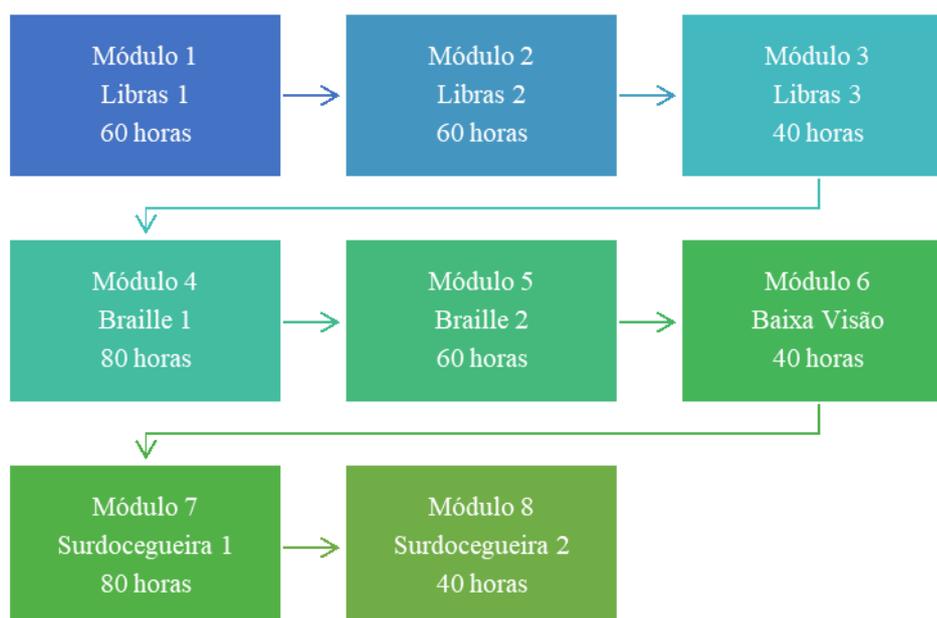
Entrevistada 3- Mas eu teria um outro acréscimo porque sabendo do jeito que você dá aula, do jeito que você cria o material, será que não seria importante adicionar outros módulos? Suzi, do tipo um módulo específico para a didática, metodologia e estratégia de ensino.

Estas foram algumas considerações feitas pelas entrevistadas sobre o currículo oferecido pelas Instituições públicas de Florianópolis e por consequência o despreparo do professor com a graduação em Pedagogia indo ao encontro da proposta da autora.

Na entrevista, apesar de ter tópicos norteadores, algumas vezes as entrevistadas saíram do contexto, argumentando sobre o tipo de graduação dos professores e qual graduação mais indicada. Também foi feita uma reflexão sobre os profissionais que trabalharam antes no atendimento e que as propostas de atividades eram insuficientes para um bom desenvolvimento cognitivo por parte dos educandos. Infelizmente estes profissionais não

tinham formação nas áreas sensoriais necessárias para um bom trabalho com o educando surdocego e os resultados eram mínimos. Todas as falas foram levadas em consideração e o resultado foi a reestruturação dos módulos com seus conteúdos e carga horária, como também foi feito acréscimo de um módulo na Surdocegueira com Temas e questões práticas de atendimento ao educando.

QUADRO 05 – Nova configuração dos módulos da formação complementar básica para professores do AEE Surdocegueira



Fonte: Autora

MÓDULO 1 (60 h) - LIBRAS 1:

Conhecendo o indivíduo surdo. Linguagem, língua e desenvolvimento do processo cognitivo. Aquisição da Libras (língua de sinais): importância (conceitos). Estruturação frasal. Gramática da Libras. Expressão facial e corporal. Escolarização do educando surdo. Relacionamento familiar, pais ouvintes/filhos surdos. O surdo e sua comunicação. Pensamento e linguagem. Brincadeiras em Libras e dinâmicas de grupos. Leitura e produção de textos: perspectiva no ensino de português como segunda língua para surdos. **Oficina prática com:** Alfabeto manual. Numerais. Cores. Animais. Frutas, alimento e bebidas. Locais Públicos. Natureza.

MÓDULO 2 (60 h) - LIBRAS 2:

Projetos educacionais para o ensino de português para surdos. Concepções de leitura e sua influência no processo ensino-aprendizagem do educando surdo. Vídeos na área da surdez. Requisitos para a produção de escrita. O ensino do português como segunda língua. Construção inicial da escrita por educandos surdos. Análise de produções de leitura e escrita. O papel da Libras na leitura e na escrita de educandos surdos. Os parâmetros da língua de sinais: introdução a gramática básica. Pronomes pessoais e possessivos de gênero (masculino e feminino). Advérbios de tempo. **Oficina prática com:** Vestuários, acessórios e calçados. Classificadores e descrição imagética. Profissões e ambientes de trabalho. Meios de transporte. Estados e capitais do Brasil. Gêneros textuais em Libras (diálogo, narrativa, poesia).

MÓDULO 3 (40 h) - LIBRAS 3:

Indicação de requisitos para uma leitura compreensiva. Compreensão de leitura por educandos surdos. O trabalho do professor na Sala do AEE no ensino do português e Libras. O trabalho pedagógico do professor em sala de aula. Aspectos da visualidade na educação dos surdos. Metáforas. Grau comparativo. Escrita de sinais SignWriting. Gramática. Soletração. Uso do espaço. **Oficina prática com:** Vocabulário. Conversação em Libras. Teatro em Libras. Gírias da comunidade surda. Transações bancárias e comerciais.

MÓDULO 4 (80 h) Braille 1:

O sujeito cego suas limitações e possibilidades. Desenvolvimento dos esquemas sensoriais motores. O Braille e os materiais de apoio da escrita e leitura: reglete, punção, borracha e máquina Braille Perkins. Desenvolvimento de 63 Símbolos simples e 14 Compostos. Pré Braille. Alfabeto Braille. Estética e disposição de textos. Ortografia. Representação de número. Numerais em Braille. Orientações sobre transcrições em Braille. **Oficina prática com:** Treinamento na reglete. Treinamento na máquina Braille. Palavras e frases. Números naturais. Conjuntos. Adição de números naturais. Subtração de números naturais. Divisão de números naturais. Expressões numéricas. Potenciação e radiciação de números naturais. Sistema Métrico Decimal. Medidas de volume. Medidas de capacitação. Noções gerais de símbolos matemáticos.

MÓDULO 5 (60 h) Braille 2:

Introdução à geometria. Potenciação e radiciação de números naturais. Frações. Unidade monetária. Numerais arábicos, ordinais, decimais e romanos. Noções de números aritméticos. **Oficina prática com:** Transcrição de textos. Transcrição com símbolos químicos. Utilização da máquina para fazer desenhos, tabelas e molduras. Adaptação em relevo, confecção de materiais em relevo. Adaptação de textos em tinta.

MÓDULO 6 (40 h) Baixa Visão:

Conhecendo a Baixa Visão, suas necessidades pedagógicas e de mobilidade. Estrutura e funcionamento do globo ocular. Grupo de defeitos visuais. Recursos ópticos e não ópticos. Adaptação de recursos ópticos e ajudas eletrônicas. Interpretação de relatório das avaliações oftalmológicas. Programa de desenvolvimento da eficiência visual. Avaliação funcional da visão. Programa de estimulação visual. Exercícios para destreza no uso de recursos ópticos. Serviço de reabilitação visual.

MÓDULO 7 (80 h) Surdocegueira 1:

Conhecendo o sujeito Surdocego. Conceito, classificação e causas da Surdocegueira. Tipos de Surdocegueira. O papel da família, da escola e da sociedade no desenvolvimento da pessoa surdocega. A comunicação com a pessoa surdocega: Tipos de comunicação (objetos simbólicos), Teoria de Van Dijk, Libras: Alfabeto digital, Libras em campo reduzido e Libras tátil. Escrita e leitura Braille, Leitura oro facial, Tadoma, Escrita ampliada) Surdocego Pré-linguístico e Pós-linguístico. O ensino especializado para o surdocego. Deficiência múltipla sensorial e deficiência múltipla. Orientação e mobilidade.

MÓDULO 8 (40hs) Surdocegueira 2:

Oficina prática com: Avaliação inicial, Adaptação curricular, Elaboração de projetos e plano de aula, Confecção de materiais e Construção de relatório pedagógico.

Esta é a configuração final do currículo que será encaminhado aos gestores da FCEE como um orientador do que é necessário trilhar enquanto cursos de aperfeiçoamento para que os profissionais que venham a atuar no AEE Surdocegueira consigam desenvolver um bom trabalho com os educandos.

5 CONCLUSÕES

Este trabalho tem a intenção de reforçar a importância da formação do profissional que ocupa, ou pretende ocupar, o cargo de professor do AEE Surdocegueira. Para que o objetivo deste trabalho fosse atingido, construiu-se um currículo para este profissional, que foi lido e analisado por um grupo específico de profissionais do CAS/FCEE.

É necessário sempre lembrar a singularidade do educando surdocego e ter claro o seu conceito, para melhor elucidar, foi retirado do site gov.br/ibc:

A Surdocegueira é uma deficiência que compromete, em diferentes graus, os sentidos da visão e audição. A privação dos dois canais responsáveis pela recepção de informações a distância afeta o desenvolvimento da comunicação e linguagem, a mobilidade, a autonomia, o aprendizado etc. (<https://www.gov.br/ibc>)

Todo trabalho está norteado neste educando, na complexidade de suas necessidades, por isto a preocupação em elaborar um currículo que possa dar suporte ao profissional do AEE Surdocegueira. Buscaram-se bibliografias sobre o assunto e as que foram selecionadas, argumentam que os profissionais que ingressam no atendimento não têm formação voltada para trabalhar com este público. Com estes dados em mãos a autora buscou sua própria trilha profissional, que serviu de base para elaborar este currículo.

Após o currículo elaborado, o próximo passo foi apresentar as Pedagogas e Coordenadora do Centro de Capacitação de Profissionais de Educação e de Atendimento as Pessoas com Surdez (CAS) onde se encontra o AEE Surdocegueira da FCEE. Houve muitas trocas, em que as colaboradoras colocaram a visão que tinham sobre o estudo em questão e indicaram possíveis acréscimos como também a retirada de conteúdos. Na conversa se refletiu sobre como era o funcionamento do AEE surdocegueira do centro e como ele está atualmente com uma profissional capacitada para o serviço e o resultado positivo nos educandos. Assim, o próximo passo foi rever a estrutura dos módulos, os conteúdos e carga horária. O Currículo foi reestruturado, porém com o cuidado de preservar os Temas pertinentes para dar uma boa base ao profissional que trabalha com o educando surdocego.

O currículo final é composto de 8 módulos, com a seguinte composição: Módulo 1: Libras 1; Módulo 2: Libras 2; Módulo 3: Libras 3; Módulo 4: Braille 1; Módulo 5: Braille 2; Módulo 6: Baixa Visão; Módulo 7: Surdocegueira 1; Módulo 8: Surdocegueira 2.

Conclui-se que esta pesquisa é uma proposta viável e muito importante para que o AEE Surdocegueira cumpra com os objetivos propostos no item 4.1 que se refere às Diretrizes

da Surdocegueira da SED e do MEC. Caberá ao profissional que assumir o atendimento buscar esta formação, seja presencial ou online e vale ressaltar que não será necessário fazer os itens que já possui em seu currículo.

Sugere-se, para pesquisas futuras sempre usarem como base as Diretrizes da Surdocegueira existente, visto que este estudo não é estático, ele vai ao encontro com as experiências e práticas da autora sendo que a Fundação Catarinense de Educação Especial proporcionou a maior parte de sua formação continuada. Fica como sugestão a esta Instituição, estes temas indicados no Currículo que podem ser modificados conforme a necessidade e possibilidade dos gestores.

REFERÊNCIAS

- BATISTA, Adryana Kley de Henrique Sales. **Currículo Funcional: Atendimento aos estudantes com surdocegueira**. Dissertação apresentada à Faculdade de Educação da Universidade de Brasília. 2019. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/35983/1/2019_AdryanaKleydeHenriqueSalesBatista.pdf, acesso em 11 set 2023.
- BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Capes. **Portaria CAPES 171/2018 – Instituição do GT Produção Técnica**. 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/10062019-producao-tecnica-pdf>, acesso em 12 out 2022.
- BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – MEC. **Institucional**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/institucional>. Acesso em 07 jan 2023.
- BRASIL, Ministério da Educação – MEC. **Programa: Formação Continuada de Professores na Educação Especial - Modalidade a Distância**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/content/article/192-secretarias-112877938/seesp-educacao-especial-2091755988/14188-programa-formacao-continuada-de-professores-na-educacao-especial-modalidade-a-distancia>, acesso em 03 jan 2023.
- BRASIL, Ministério da Educação – MEC. **MEC oferece 15 novos cursos a distância focados em educação especial**. 27/07/2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2022/mec-oferece-15-novos-cursos-a-distancia-focados-em-educacao-especial>, acesso 13 set 2023.
- BRASIL, SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA. **Rede Nacional de Formação Continuada de Professore**. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=86&id=231&option=com_content&view=article, acesso em 29 nov. 2022.
- BRIDI, Fabiane Romano de Souza. **Formação Continuada em Educação Especial: o atendimento educacional especializado**. 2011. Disponível em: [admin,+01+F+C+Fabiane+Bridi+\(1\).pdf](admin,+01+F+C+Fabiane+Bridi+(1).pdf), acesso em 22 jan. 2023.
- BRITO, Luan. **Acessibilidade arquitetônica e o apoio à educação inclusiva**. (diversa.org.br) 05/12/2022. Disponível em: <https://diversa.org.br/noticias/acessibilidade-arquitetonica-e-o-apoio-a-educacao-inclusiva/>, acesso em 08 set 2023.
- CAMBRUZZI, Rita de Cássia Silveira; COSTA, Maria Piedade Resende da. **Surdocegueira: níveis e formas de comunicação**. São Carlos: EdUFSCar, 2016. p.40.
- CAMPOS, Eri Cristina dos Anjos. **Formação Continuada e Permanente de Professores do Atendimento Educacional Especializado para Práticas Pedagógicas Inclusivas**. Disponível em: https://data.uniplaclages.edu.br/mestrado_educacao/dissertacoes/4da07053d9d33a7f960a70a72cd68e22.pdf, acesso em 26 jan. 2023.
- EVÊNCIO, K. M. M, et al. **Dos Tipos de Conhecimento às Pesquisas Qualitativas em Educação**. IdonLine Rev. Mult. Psic. V.13, N. 47, p. 440-452, outubro/2019.

GAMA, Leilane. **Surdocegueira poderá ter data nacional de conscientização**. 11/08/2017. Fonte: Agência Câmara de Notícias. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/520278-surdocegueira-podera-ter-data-nacional-de-conscientizacao/#:~:text=N%C3%A3o%20s%C3%A3o%20duas%20defici%C3%Aancias%20juntas,40%20mil%20surdocegos%20no%20Brasil,> acesso em 12 out. 2022.

GOMES, Izabel da Silva. Dissertação de Mestrado em Educação da Universidade de São Paulo. **A formação do professor e o atendimento cotidiano dos alunos com deficiência na classe comum de uma escola da diretoria de ensino leste 1 da rede estadual de São Paulo**. Disponível em: [https://repositorio.cruzeirosul.edu.br/jspui/bitstream/123456789/98/1/Disserta%c3%a7%c3%a3o%20-%20Izabel%20da%20Silva%20Gomes.pdf,](https://repositorio.cruzeirosul.edu.br/jspui/bitstream/123456789/98/1/Disserta%c3%a7%c3%a3o%20-%20Izabel%20da%20Silva%20Gomes.pdf) acesso em 16 jan. 2023)

INSTITUTO BENJAMIN CONSTANT. IBC: Ministério da Educação. **Conceituando a surdocegueira**. 2017. Disponível em: [http://www.ibr.gov.br/paas/308-conceituando-a-surdocegueira,](http://www.ibr.gov.br/paas/308-conceituando-a-surdocegueira) acesso em 09 set. 2022.

INSTITUTO FEDERAL DE SANTA CATARINA – IFSC. **Pedagogia bilíngue (Libras/Português)**. Campus Palhoça Bilíngue. 28 maio 2018. Disponível em: [https://www.ifsc.edu.br/curso-aberto//asset_publisher/nvqSsFwoxoh1/content/id/657803?p_r_p_564233524_categoryId=657779,](https://www.ifsc.edu.br/curso-aberto//asset_publisher/nvqSsFwoxoh1/content/id/657803?p_r_p_564233524_categoryId=657779) acesso em 07 jan. 2023.

<https://www.gov.br/ibr/pt-br/nucleos-de-atendimento-especializado/NAEPS/conceituando-a-surdocegueira#:~:text=A%20Surdocegueira%20é%20uma%20deficiência,a%20autonomia%20C%20o%20aprendizado%20etc.> acesso em 27 jan. 2024.

INSTITUTO FEDERAL DE SANTA CATARINA – IFSC. **Cursos abertos**. Disponível em: [https://www.ifsc.edu.br/cursoaberto//asset_publisher/nvqSsFwoxoh1/content/id/978338?p_r_p_categoryId=976952,](https://www.ifsc.edu.br/cursoaberto//asset_publisher/nvqSsFwoxoh1/content/id/978338?p_r_p_categoryId=976952) acesso em 12 set. 2023.

IKONOMIDIS, Vula Maria. **Formação de Professores Especializados: avaliação, planejamento e acompanhamento do desenvolvimento educacional de estudantes com surdocegueira**. 2019. Disponível em: [https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48137/tde27052019143032/publico/VULA_MARIA_IKONOMIDIS_rev.pdf,](https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48137/tde27052019143032/publico/VULA_MARIA_IKONOMIDIS_rev.pdf) acesso em 20 jan. 2023.

LIMA, Maria das Graças. **Formação Continuada de Professores do Atendimento Educacional Especializado (AEE) em Campina Grande/PB: o antes, o durante e o depois de uma intervenção pedagógica**. 2018. Disponível em: [https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/14705/1/Arquivototal.pdf,](https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/14705/1/Arquivototal.pdf) acesso em 25 jan. 2023.

MATOS, Izabeli Sales. **Formação Continuada dos Professores do AEE – Saberes e Práticas Pedagógicas para a Inclusão e Permanência de Alunos com Surdocegueira na Escola**. 2012. Disponível em: [https://www.uece.br/ppgcc/wpcontent/uploads/sites/29/2019/06/Disserta%C3%A7%C3%A3o_IZABELI-SALES-MATOS.pdf,](https://www.uece.br/ppgcc/wpcontent/uploads/sites/29/2019/06/Disserta%C3%A7%C3%A3o_IZABELI-SALES-MATOS.pdf) acesso em 12 jan. 2023.

NASCIMENTO, Fátima Ali Abdalah Abdel Cader. **Saberes e práticas da inclusão: dificuldades de comunicação e sinalização: surdocegueira/múltipla deficiência sensorial.** [4. ed.] / elaboração prof^{as}. Fátima Ali Abdalah Abdel Cader Nascimento - Universidade Federal de São Carlos – UFSC/SP, prof. Shirley Rodrigues Maia – Associação Educacional para a Múltipla Deficiência - AHIMSA. – Brasília: MEC, Secretaria de Educação Especial, 2006. p. 79.

QUEIROZ, Júlia Graziela Bernardino de; GUERRERO, Elaine Maria Bessa Rebelo. **Formação Continuada dos Professores no Contexto da Sala de Recursos Multifuncionais do Atendimento Educacional Especializado.** 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/reed/article/view/30784>, acesso em 18 jan. 2023.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Educação. **Curso normal.** Disponível em: <https://educacao.rs.gov.br/curso-normal>, acesso em 10 ago. 2023.

ROSSETTO, Elizabeth. **Formação do Professor do Atendimento Educacional Especializado: a educação especial em questão.** 2015. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3131/313132931009.pdf>, acesso em 16 jan. 2023.

SANTA CATARINA. Fundação Catarinense de Educação Especial (FCEE). **Diretrizes para o atendimento educacional especializado (AEE) na rede regular de ensino de Santa Catarina** [livro eletrônico] / Fundação Catarinense de Educação Especial (FCEE). – São José/SC: FCEE, 2021

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Educação. Fundação Catarinense de Educação Especial. **FCEE 50 ano: uma história de inclusão: 1968-2018** / organizadora Loiva Lucia Hebert. – Tubarão: Coan, 2018.

SARAIVA EDUCAÇÃO. **Entenda a importância da formação continuada de professores.** 5 de novembro de 2021. Disponível em: <https://blog.saraivaeducacao.com.br/formacao-continuada-de-professores/>, acesso em 08 set. 2023.

SOUZA, Maciene Shirllayme Vilhema. **Contribuições de Casos de Ensino na Formação Continuada de Professores do Atendimento Educacional Especializado em um Curso a Distância.** 2016. Disponível em: http://repositorio.unifesspa.edu.br/bitstream/123456789/924/1/TCC_Contribui%C3%A7%C3%B5es%20de%20casos....pdf, acesso em 27 jan. 2023.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CATARINA – UDESC. **Matriz curricular do curso de Pedagogia - PED-171 - Pedagogia – 2017/1.** Disponível em: https://www.udesc.br/arquivos/cead/id_cpmenu/3320/Licenciatura_em_PEDAGOGIA_16457976954485_3320.pdf, acesso em 10 jan. 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA – UFSC. **Currículo 20091 – Matriz 308 do Curso de Pedagogia,** 2022. Disponível em: https://pedagogia.paginas.ufsc.br/files/2013/07/Matriz_curricular_2009.pdf, acesso em 15 jan. 2023.

APÊNDICES

**APÊNDICE 1 - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E
ESCLARECIDO (TCLE)**

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE

Nome do Participante: _____

Cargo: _____ Data da entrevista: ____ / ____ / ____

E-mail (caso queira receber os resultados da pesquisa):

Pesquisador responsável: Suzi de Cougo Souto
Pesquisador: Prof. Dr. Fernando Richartz
Instituição: Fundação Catarinense de Educação Especial

PREZADO(A) PARTICIPANTE

Gostaríamos de convidá-lo(a) a participar da pesquisa que apresenta as seguintes características:

- 1. Título da pesquisa:** Programa de formação continuada dos profissionais do atendimento educacional especializado - Surdocegueira.
- 2. Objetivo principal:** Apresentar uma proposta para uma formação continuada para os professores do AEE Surdocegueira na concepção das Pedagogas e Coordenadora do Centro de Capacitação de Profissionais de Educação e de Atendimento às Pessoas com Surdez (CAS).
- 3. Justificativa:** A intenção deste trabalho é de contribuir com a FCEE ao criar um documento a ser anexado nas Diretrizes que instrumentalize a Instituição com orientações relevantes ao que compete na formação do professor do AEE Surdocegueira.
- 4. Procedimentos:** Entrevistas: aplicadas por meio de questionário contendo questões abertas e fechadas com o objetivo de identificar as práticas implementadas e entender a percepção dos gestores em relação ao processo de mudança e implementação do orçamento matricial.
- 5. Desconfortos e Riscos:** O desconforto poderá existir devido o participante poder se sentir constrangido em responder ou explicar alguma resposta em relação as perguntas abertas do questionário aplicado. Contudo, como a participação é voluntária, o participante poderá se recusar a responder, retirar seu consentimento ou interromper a sua participação. Em relação aos riscos, pretende-se cuidar ao máximo para não haver quebra de sigilo, a qual pode ocorrer de forma involuntária e não intencional. Enfatiza-se que os pesquisadores tomarão todas as precauções recomendadas e possíveis para que isso não aconteça, dado que a pesquisa é qualitativa e pretende-se evitar qualquer risco dado a possibilidade de os

participantes serem parcialmente identificados na interpretação dos resultados e, por isso, se tomará o cuidado para que características individuais não sejam associadas a identidade do participante.

6. **Benefícios:** Os benefícios aos participantes da pesquisa serão indiretos, dado a pesquisa qualitativa, com a contribuição de conhecimento associado ao desenvolvimento da pesquisa, aprendizado, melhores práticas e possibilidade de aperfeiçoamento na implementação do orçamento matricial, planejamento e controle de gestão.
7. **Despesas e ressarcimento:** As despesas necessárias para realização desta pesquisa são de responsabilidade dos pesquisadores e, por isso, o participante não terá nenhum ônus e nem receberá nenhum valor pela participação. Contudo, caso haja ocorrência de despesas extraordinárias e/ou imprevistas, o participante será ressarcido pelos pesquisadores no valor integral mediante comprovação.
8. **Garantia de indenização:** É garantida indenização no valor integral do prejuízo do participante em casos de danos materiais ou morais, comprovadamente, decorrentes da sua participação na pesquisa, por meio de decisão judicial ou extrajudicial.
9. **Garantia de esclarecimento, liberdade de recusa e garantia de sigilo:** O participante será esclarecido sobre a pesquisa em qualquer aspecto que desejar e é livre para recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento. A sua participação é voluntária e a recusa não irá acarretar qualquer penalidade. Mesmo que este não seja o foco da pesquisa, qualquer informação pessoal revelada ao longo da entrevista terá garantia de sigilo.
10. **Acesso aos dados:** Somente os pesquisadores envolvidos terão acesso aos formulários e/ou documentos, assegurando a confidencialidade e o conteúdo dos materiais.
11. **Dados Pessoais:** Os dados pessoais coletados na pesquisa serão os seguintes: nome do respondente, e-mail pessoal ou profissional, cargo, nível de escolaridade e tempo de empresa. O nome e e-mail coletados serão anonimizados na pesquisa. O tratamento de dados pessoais para fins acadêmicos é uma das hipóteses de tratamento de dados pessoais prevista na Lei Geral de Proteção de Dados, a Lei nº 13.709/2018.
12. **Dados Pessoais Sensíveis:** Não faz parte da pesquisa a coleta e tratamento de Dados Pessoais Sensíveis previstos no art. 5º, inciso II da Lei Geral de Proteção de Dados, a Lei nº 13.709/2018.
13. **Confidencialidade:** Os dados coletados na pesquisa não são dados confidenciais, no entanto, mesmo que este não seja o foco da pesquisa, qualquer informação pessoal revelada ao longo da entrevista terá garantia de sigilo. Enfatiza-se que tanto nas entrevistas quanto nas observações, têm-se garantida a confidencialidade dos dados. Eles serão analisados sob a perspectiva de identificação de padrões, ou seja, serão tratados de forma agrupada e/ou comparativa, preservando a confidencialidade dos participantes.
14. **Em caso de dúvidas:** entrar em contato com o pesquisador responsável no e-mail: fernando.richartz@ufsc.br; endereço: Campus Universitário, Trindade, Florianópolis-SC, Centro Socioeconômico, Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Controle de Gestão; ou com a pesquisadora Suzi Souto, Tel. (48) 99146-0093; e-mail: suzi.souto@outlook.com; endereço: Rua Frei Hilário 102 ap 1303 Campinas, São José -SC.

15. Os pesquisadores têm capacidade profissional adequada para desenvolver suas funções nesta pesquisa que visa identificar quais foram os desafios e vantagens da implementação do orçamento matricial na empresa, objeto de estudo.
16. Esta pesquisa está de acordo com as normas da Resolução 466/2012 e com o Conselho Nacional de Saúde (CNS).
17. Você receberá uma via (e não cópia) deste documento, assinada por você e pelo pesquisador, e rubricada em todas as páginas por ambos. Por isso pede-se seu consentimento:

Eu, _____
_____, compreendo meus direitos como um participante e voluntariamente consinto em participar deste estudo e em ceder meus dados para a realização desta pesquisa. Compreendo sobre o que, como e por que este estudo está sendo feito.

Local e data: _____; ____/____/_____.

Assinatura do participante

Assinatura do pesquisador

APÊNDICE 2–ROTEIRO DA ENTREVISTA



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SOCIOECONÔMICO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CONTROLE DE GESTÃO

Perguntas norteadoras para a entrevista com as profissionais do CAS-FCEE

- 1- Você acredita que só a formação em Pedagogia é suficiente para o profissional que irá atuar no AEE Surdocegueira possa desenvolver um bom trabalho?
- 2- Pensando no atendimento ao educando Surdocego, você acredita que o currículo do profissional que irá atuar neste serviço influencia em seu trabalho?
- 3- Com base no currículo apresentado pela autora da pesquisa, você acredita ser uma boa base curricular para indicar ao profissional que irá assumir o AEE Surdocegueira?
- 4- Quais sugestões de mudanças você indicaria para este currículo?
- 5- Com base no currículo apresentado você acredita que o profissional consiga atingi-lo em 2 semestres?